

FORJAS TAURUS S.A.

RELATÓRIO

DO

COMITÊ ESPECIAL INDEPENDENTE

CONSTITUÍDO PELO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(De São Paulo para Porto Alegre, em 06 de junho de 2014)

(DOCUMENTO CONFIDENCIAL E DESTINADO APENAS AO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)

[Handwritten initials]

CÓPIA 03
ENTREGUE AO DRI
em 11/06/2014.

CLAUDIA SANTOS

FORJAS TAURUS S.A.	
Recebido	11 / 06 / 2014
Hora	14 : 25
Relações com Investidores	

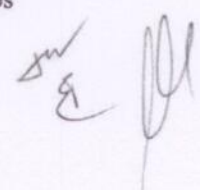
FELIPE
OLIVEIRA

FORJAS TAURUS S.A.
CNPJ: 92.781.335/0001-02
NIRE: 43 3 0000739 1

RELATÓRIO DO COMITÊ ESPECIAL INDEPENDENTE
De São Paulo para Porto Alegre, em 06 de junho de 2014

RESSALVA JURÍDICA ("Disclaimer")

1. Neste relatório, considerando os fatos analisados, o CEI não expressa qualquer opinião sobre a leis brasileiras e, em especial, não expressa qualquer opinião sobre a aplicação das leis brasileiras aos fatos narrados e às conclusões a que se chegam a partir da análise dos fatos.
2. Este relatório está estritamente relacionado aos documentos analisados e às entrevistas feitas pelo CEI. Os documentos foram fornecidos ao CEI pelo Conselho de Administração de Forjas Taurus S.A.. As entrevistas foram realizadas mediante expressa autorização do Conselho de Administração. Para a produção deste relatório, o CEI não obteve nenhuma informação além daquelas públicas e daquelas constantes nos documentos e nas entrevistas.
3. Para a elaboração deste relatório, o CEI assumiu como verdadeiras as assinaturas dos documentos que analisou, bem como verdadeiras as informações verbais que recebeu durante o período de levantamento das informações. Assumiu também que as cópias de documentos correspondem fielmente a seus originais.
4. Este relatório só pode ser lido, entendido e interpretado corretamente se considerados também os documentos analisados e as informações recebidas nas entrevistas efetuadas.
5. Algumas das informações levantadas para este relatório constam de conteúdo de e-mails. Em certas situações, o acesso ao conteúdo de e-mails sem a autorização do titular da conta de e-mail pode ser caracterizado como violação de correspondência. O CEI analisou o conteúdo de e-mails que constam de relatório da Control Risks, a qual, por sua vez, os recebeu do Conselho de Administração.
6. Este relatório é confidencial e se destina única e exclusivamente ao Conselho de Administração de Forjas Taurus S.A., como instrumento a partir do qual poderá fazer tirar as suas próprias conclusões, serenas e prudentes, e assim tomar as medidas que julgar conveniente no interesse da Companhia e dos seus acionistas.



SUMÁRIO EXECUTIVO

7. Tendo sido criado em 28 de março de 2014, pelo Conselho de Administração de Forjas Taurus S.A., o Comitê Especial Independente ("CEI"), não estatutário, foi instalado formalmente em 10 de abril de 2014.
8. A missão conferida ao CEI foi a de recomendar ao Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, as providências que julgasse necessárias no interesse da Companhia e dos seus acionistas, subsequentes à republicação ou publicação das demonstrações financeiras e à reemissão ou emissão dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, todos relativos, respectivamente, aos exercícios sociais 2012 e 2013, divulgados em 28 de março de 2014, nos sistemas da CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Questões específicas formuladas ao CEI são respondidas ao longo do relatório, à medida que o CEI considerou necessário respondê-las. Este relatório não é uma perícia e não se destina a responder quesitos específicos.
9. O prazo estabelecido de duração do Comitê é de 90 (noventa) dias, prorrogáveis, a critério do Conselho de Administração por igual período, contados a partir de sua criação.
10. Importante mencionar que os trabalhos desenvolvidos por este Comitê não se revestiram das características de uma auditoria contábil ou operacional, tendo sido realizados com base em documentos que foram fornecidos ao Comitê pela Companhia, complementados com o exame de documentos de conhecimento público. Houve também entrevistas efetuadas com colaboradores da Taurus, na sede da Companhia, e das empresas BR Partners e Control Risks, com o objetivo de melhor compreender os fatos.
11. As conclusões do CEI são as de que em relação aos exercícios sociais 2011 e 2012 foram cometidas diversas irregularidades tanto na evidenciação de valores contábeis do "negócio máquinas" quanto no processo de alienação da SM Metalurgia Ltda., subsidiária de Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.. Essas irregularidades afetaram materialmente as demonstrações financeiras desses exercícios, transgredindo não só as normas internas da Companhia (Estatuto, Regimentos e Códigos de Conduta e de Ética), como também a legislação do País. Ademais, tais irregularidades acarretaram prejuízos financeiros e reputacionais à Companhia e prejuízos aos usuários das demonstrações financeiras que tomaram suas decisões com base em documentos que não refletiam adequadamente a situação econômico financeira da empresa como um todo.
12. Neste relatório, após a identificação dessas irregularidades e as pessoas que no seu entender foram responsáveis por elas, este Comitê apresenta ao final suas recomendações ao Conselho de Administração da Taurus, não só relativamente a esses fatos, mas também no sentido de fortalecer o sistema de Governança da Companhia, visando a evitar que tais problemas se repitam no futuro.

GLOSSÁRIO

13. Para facilitar a leitura deste relatório, o glossário abaixo deve ser considerado.

"Amoreti Gibbon" ou "Gibbon"	Amoreti Franco Gibbon, membro do conselho fiscal da Taurus, eleito pelas AGOs: 29.04.2011; 27.04.2012; 26.04.2013; e 30/04/2014
"BR Partners"	BR Partners Assessoria Financeira Ltda.
"CA"	Conselho de Administração da Taurus
"CAR"	Comitê de Auditoria e Riscos
"Carlos Miguel"	Carlos Miguel Javimczik, atual contador da Taurus, anteriormente Coordenador de Controladoria. Foi diretor da Wotan
"CEI"	Comitê Especial Independente, não estatutário, criado pelo CA da Taurus para assessorar o Conselho relativamente a providências subsequentes ao refazimento das demonstrações financeiras da Taurus de 2012
"Conill"	Renato Conill, Presidente do Grupo SüdMetal e da Renill
"Conselheiro Galli" ou "Galli"	Oscar Claudino Galli, conselheiro da Taurus, eleito em 27.05.2011, cujo mandato terminou em 26.04.2013, e coordenador do CAR
"Conselheiro Sadi"	Sadi Assis Ribeiro Filho, membro do CA, eleito em 27.05.2011, cujo mandato terminou em 26.04.2013
"Contrato"	Contrato de Promessa de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, de 15.06.2012, firmado em 20.06.2012 e aprovado formalmente em RCA de 21.06.2012.
"Control Risks"	Control Risks do Brasil Ltda., empresa do Grupo Control Risks Grupo Holding Limited, contratada pela Taurus para prestação de serviços investigativos
"Danilo"	Danilo Angst, membro do CA desde a AGE de 27.05.2011, atual Vice-Presidente do CA e atual coordenador do CAR
"Dennis Gonçalves" ou "Dennis"	Dennis Braz Gonçalves, Diretor Presidente da Taurus, eleito em RCA de 10.08.2011, tendo deixado a Companhia em novembro de 2013
"Diretoria Executiva" ou	Diretoria Executiva da Taurus

"Diretoria"	
"Edair" ou "Deconto"	Edair Deconto, Diretor Executivo de Auditoria da Taurus
"Ernst & Young" ou "EY"	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., firma que passou a auditar as demonstrações financeiras da Taurus e Taurus Máquinas a partir de 2012
"Felipe" ou "Felipe Saibro"	Felipe Saibro Dias, Diretor Executivo de Finanças da Taurus
"Fernando Estima"	Fernando José Soares Estima, conselheiro da Companhia, e até abril de 2013 Vice-Presidente do CA
"Gilmar" ou "Rabaioli"	Gilmar Antônio Rabaioli, Diretor Administrativo da Taurus
"Grupo de Trabalho"	Grupo de Trabalho criado pelo CA em 30.01.2012 para avaliar alternativas de desinvestimento do "negócio máquinas"
"Grupo Taurus"	Conglomerado de empresas controladas direta ou indiretamente pela Taurus
"Hector Furlong" ou "Furlong"	Hector Furlong, advogado da Renill que participou das negociações
"Hunter Douglas"	Hunter Douglas N.V.
"KPMG"	KPMG Auditores Independentes, firma que auditou as demonstrações financeiras da Taurus até 2011
"Luís Estima"	Luís Fernando Costa Estima, Presidente do CA da Taurus
"Marcelo Saweryn" ou "Saweryn"	Marcelo de Deus Saweryn, membro do conselho fiscal da Taurus, eleito pelas AGOs de 27.04.2012; 26.04.2013 e 30.04.2014, sócio da Saweryn & Associados Auditores Independentes S.S. Ltda., que auditava as demonstrações financeiras da TMFL até 2011
"negócio máquinas" ou "negócio de máquinas"	Conjunto de ativos pertencentes a TMFL incluindo ativos pertencentes a Wotan
"RCA"	Reunião do Conselho de Administração da Taurus
"Relatório Control Risks" ou "Relatório"	Relatório elaborado pela Control Risks, e seus anexos, que foi concluído em 14.02.2014
"Renill" ou "RPL"	Renill Participações Ltda., empresa do Grupo SüdMetal

"Ricardo Alfonsin" ou "Alfonsin"	Ricardo Alfonsin, advogado externo da Taurus
"SML"	SM Metalurgia Ltda.
"SüdMetal"	SüdMetal Indústria Metalúrgica Ltda.
"Taurus Máquinas" ou "TMFL" ou "TMF"	Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.
"Taurus" ou "FJTA" ou "Companhia"	Forjas Taurus S.A.
"Teichmann"	Octávio Teichmann, Vice-Presidente do Grupo SüdMetal
"TIL"	Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.
"TJLP"	Taxa de Juros de Longo Prazo, indexador econômico fixado trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, tendo como parâmetros de cálculo a meta de inflação (IPCA) e prêmio de risco
"Wotan" ou "WML"	Wotan Máquinas Ltda.

ANEXOS

14. São parte integrante deste relatório 3 (três) anexos, a saber:

Anexo I: recomendações para melhorar a governança corporativa

Anexo II: recomendações para transações com partes relacionadas; e

Anexo III: documentos analisados pelo CEI, reproduzindo-se lista dos documentos relevantes para a reapresentação dos balanços de 2012 e 2013, datada de 14.04.2014

DOS FATOS

15. Fatos anteriores a primeira proposta do Grupo SüdMetal.

Decisão de venda. Reclassificação contábil. Contratação da BR Partners. Inexistência de interessados. Negociação Direta com o Grupo SüdMetal. Atuação do Conselho de Administração e Diretoria. Comentários e conclusões.

16. No mês de setembro de 2011, a Administração da Taurus decidiu tomar diversas ações objetivando a alienação do investimento na controlada TMFL, cuja atividade vinha sendo deficitária.

17. Em virtude dessa decisão, as operações da controlada Taurus Máquinas foram classificadas e contabilizadas como um grupo de "ativos mantido para venda", apresentando um saldo líquido de ativos e passivos relacionados às operações descontinuadas de R\$50.302 mil, em 30.09.2011 (R\$60.934 mil, em 31.03.2012).
18. Para assessorar a Companhia nessa alienação, foi contratada a BR Partners, organização especializada em operações de fusão e aquisição e reestruturação societária, tendo inclusive participado da reestruturação societária da Taurus, no ano de 2011.
19. De acordo com a Carta-Mandato de 07.10.2011, a BR Partners foi contratada pela Taurus para prestar serviços de consultoria financeira exclusiva em "Operação" definida como "a venda ou alienação de Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., Wotan Máquinas Ltda. ou de parcela dos ativos de Forjas Taurus S.A., ou de suas afiliadas, relativos ao negócio de máquinas." O prazo de vigência do mandato era de 12 meses (cf. Carta-Mandato de 07.10.2011)
20. Até o final de novembro de 2011, BR Partners identificou cerca de oito potenciais interessados na Operação. (Cf. Relatório da BR Partners, Lista de Interessados no Processo, Dez. 2011).
21. Nesse mesmo relatório, a BR Partners menciona os principais "pontos de atenção" (contingências) levantados pelos interessados.
22. De acordo com o mesmo relatório, até o final de dezembro de 2011, foram recebidas apenas duas propostas, não vinculantes, sendo uma delas em 01.12.2011, em que o interessado se dispunha a pagar um preço simbólico mais um *earn out* de 25% do *free cash flow* dos exercícios 2013, 2014 e 2015, e uma outra proposta recebida em 27.12.2011, de €1.000.000.¹
23. Dentre os interessados contatados pela BR Partners incluía-se o Grupo SúdMetal, que assinou acordo de confidencialidade, em 07.11.2011, e recebeu um conjunto de informações iniciais sobre a referida Operação. Em função da cláusula de exclusividade, a BR Partners faria jus a remuneração de sucesso em Operação com o Grupo SúdMetal, mesmo que concluída até 12 meses após o término de vigência do mandato.
24. Com o mandato ainda em vigor, e sem qualquer comunicação à BR Partners, diretores da Taurus encontraram-se em novembro de 2011 com diretores do Grupo SúdMetal.
25. Desse contato, cumpre transcrever alguns trechos de e-mails trocados, que constam do Anexo 5 do Relatório Control Risks. O primeiro deles em que Octávio Teichmann, ao confirmar a data da reunião, responde a Edair Deconto

¹ Dentre as questões levantadas pelos potenciais interessados, destacaram-se: (i) concordata da Wotan e dívida com Hunter Douglas; (ii) dificuldade de precificar eventual passivo; (iii) necessidade de altos investimentos para modernização e melhorias do parque fabril; (iv) e potencial de *write-off*, devido a estoques obsoletos. (Cf. Relatório da BR Partners, *Principais Pontos de Atenção Levantados por investidores*, Dez. 2011). Com a entrega desse relatório, praticamente cessou a participação da BR Partners.

dizendo "(...) *sem problema de nos reunirmos para tentar acharmos juntos uma solução para a Taurus Máquinas (...).*" E o segundo, em que Deconto confirma a Dennis Gonçalves a reunião marcada para o dia 18.11.2011, na sede da SúdMetal, acrescentando: "*Não abordei todo o nosso interesse na conversa.*"

26. Não se tem maiores informações a respeito dessa reunião, bem como de eventuais contatos posteriores que tenham ocorrido nos meses imediatamente seguintes.
27. Nesse passo, cumpre examinar a atuação do Conselho de Administração, nesse período inicial.
28. Na RCA de 16.12.2011, após exposição feita por representante da BR Partners, "*o conselho de administração, em atendimento à proposta do Dr. Estima, autorizou a Diretoria Executiva a estudar, elaborar e apresentar ao Conselho para apreciação, planos alternativos à venda.*"
29. Em RCA de 30.01.2012, o conselho criou um grupo de trabalho "*encarregado de avaliar alternativas para (i) venda ou desativação da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. ...*" Nessa reunião, o Conselheiro Sadi recomendou que a venda do patrimônio fosse avaliada e planejada cuidadosamente a fim de evitar-se o direito de recesso dos acionistas. Para assessorar o Grupo de Trabalho poderiam ser contratados profissionais ou empresas especializadas na área jurídica, engenharia etc.
30. Na reunião seguinte, realizada em 16.03.2012, o Diretor-Presidente, Dennis Gonçalves, deu conhecimento da proposta recebida para venda da Taurus Máquinas, sem menção do interessado, mediante assunção de parte das dívidas bancárias pelo interessado. Dennis Gonçalves considerou que a oferta estava abaixo do valor pretendido, informando que na semana seguinte "*incrementaria as negociações e manteria o conselho informado*". Informou também que havia sido levantada a concordata da Wotan Máquinas Ltda. e que o próximo passo seria negociar a dívida dessa empresa com um credor externo.

DAS NEGOCIAÇÕES

Proposta inicial. Evolução das negociações. Modelo de alienação da TMFL. Propostas e minutas. Atuação dos órgãos da Administração da Companhia.

31. Para que se possa ter uma melhor compreensão dos fatos, cumpre comentar a evolução, em ordem cronológica, das negociações no período que imediatamente antecedeu o fechamento do negócio.
32. Por volta do final de março de 2012, foram retomados os contatos com o Grupo SúdMetal. Em um jantar, num restaurante, do qual teriam participado Gilmar Rabaioli, Octávio Teichmann e Renato Conill, teriam ficado definidos

os termos básicos de um acordo para aquisição do “negócio máquinas” pelo Grupo SüdMetal.

33. Em 10.04.2012, com base nos termos acordados, Renato Conill enviou proposta a Dennis Gonçalves para aquisição de Taurus Máquinas pelo valor de R\$64.000.000, por meio de assunção de dívidas, condicionada à realização de uma *due diligence* e a que todos os bens estivessem livres de quaisquer ônus. (cf. Anexo 1 do Relatório Control Risks)
34. Na RCA de 18.04.2012, o conselheiro Galli comentou estudo comparativo das perdas derivadas da venda da TMFL por R\$64 MM *vis-à-vis* as perdas decorrentes do seu fechamento. Concluiu que a venda era mais adequada, pois possibilitaria a eliminação imediata das perdas que a empresa vinha tendo bem como evitaria o desembolso para liquidação de empréstimos e outros valores não apurados para sua desativação.
35. Nessa mesma reunião, Dennis Gonçalves comentou o estudo e informou que a diretoria recomendava a venda.
36. O Presidente do Conselho, Luís Estima, destacou o caminho do fechamento como o mais adequado, devendo-se, no entanto, aguardar a apresentação de estudo comparativo a ser elaborado por empresa especializada.
37. Em 23.04.2012, Teichmann envia a Rabaioli uma primeira minuta de contrato, afirmando em e-mail que era “... *para ter alguma coisa 'escrita', além do 'guardanapo'*.”, no qual ficaram assentados os termos básicos do acordo acima referido.
38. Em 02.05.2012, a KPMG, a pedido de Rabaioli, apresentou seus comentários acerca dos possíveis impactos identificados em relação à descontinuação das operações/atividades da TMFL, no que se refere aos possíveis efeitos sobre o resultado consolidado das Empresas Taurus, os possíveis desembolsos de caixa e outros efeitos identificados.
39. Nesse estudo, foram considerados quatro cenários, dos quais cumpre destacar o 3º cenário em que haveria a desativação das operações da TMFL sem alienação de quotas, no qual haveria uma perda estimada de R\$59.047 mil. Como vantagens, a KPMG apontava a possibilidade de aproveitamento futuro dos imóveis da TMFL e o não reconhecimento imediato da perda correspondente ao valor do mútuo devido pela TMFL à FJTA. Apenas para constar, no 1º cenário, segundo a KPMG, haveria um ganho contábil de R\$6.932 mil, correspondente à reversão da provisão para perdas na TMFL (devido ao patrimônio líquido contábil ser negativo).
40. As desvantagens da desativação, segundo o estudo da KPMG seriam as seguintes:

“- *Implica necessariamente em desembolsos adicionais de caixa em relação a todos os passivos existentes (incluindo, mas não limitado à dívida bancária);*

- As premissas que levaram às reclassificações de ativos e passivos mantidos para a venda, bem como os resultados de operações descontinuadas são alteradas, incluindo seus possíveis impactos sobre cláusulas restritivas de passivos financeiros ("covenants") das Empresas Taurus. Possível questionamento por parte dos credores quanto ao critério anteriormente adotado com consequente possibilidade de "default" da Forjas Taurus
- As Empresas Taurus incorrem em perdas adicionais relevantes, incluindo mas não limitado a assistência técnica, garantias, perdas futuras com créditos não liquidados, futuras contingências trabalhistas, estoques e imobilizado que venham a ficar obsoletos;
- Perdas operacionais futuras da TMF continuam a ser reconhecidas em 100% nas demonstrações consolidadas futuras da Forjas Taurus."

41. Na RCA de 10.05.2012, Luís Estima, tendo em vista inexistirem propostas firmes visando a assumir toda a operação da TMFL, propõe interrupção imediata das atividades e a liquidação da empresa. O Conselho, por maioria, deliberou pelo fechamento da empresa, tendo sido vencidos os conselheiros Sadi e Danilo, que pediam a suspensão da decisão, para ouvir a opinião da acionista Previ a esse respeito.
42. Cumpre destacar que não se menciona a proposta da Renill, que havia sido discutida na reunião anterior, que segundo o estudo da KPMG seria preferível à alternativa de interrupção das atividades e liquidação da TMFL.
43. Em 25.05.2012, surge uma nova proposta da Renill, em que o preço aumenta de R\$64.000.000 para R\$128.000.000, a ser pago em duas parcelas:

Parcela A, de R\$64.000.000, a ser paga em doze parcelas semestrais, a partir de 30.06.2013, sendo as duas primeiras sem correção e as demais corrigidas pela TJLP.

Parcela B, de R\$64.000.000, a ser paga em prazo compatível com a comprovada rentabilidade esperada que vier a ser verificada ...

44. Confrontando essa proposta com a anterior, verifica-se que:
- Na proposta anterior, a TMFL realizaria prejuízo, pois o valor de venda de R\$64 MM era inferior ao valor de livros dos ativos; com a inclusão da parcela B, também no valor de R\$64 MM, se equalizaria preço de venda e custo contábil, não apurando prejuízo;
 - Na nova proposta, a parte compradora deixaria de assumir dívidas bancárias da TMFL; na nova proposta, a TMFL permaneceria com dívida bancária de R\$64 MM e um crédito contra o Grupo SúdMetal de R\$128 MM;
 - Ademais, a TMFL assumiria um compromisso de pagar R\$21 MM ao Grupo SúdMetal, nos 12 meses seguintes, compensável com o produto do recebimento de créditos existentes de Clientes e os decorrentes de venda de produtos mantidos na TMFL.
 - Quanto aos prazos, a parte compradora deixaria de assumir dívidas bancárias de curto prazo, e assumiria compromissos de longo prazo junto a TMFL;
 - A TMFL, ao contrário, permanecia com dívidas bancárias de curto prazo e ficaria com um crédito a receber a longo prazo perante o Grupo SúdMetal.

45. Assim sendo, a proposta de 25.05.2012 continha vantagens e desvantagens, pois evitaria o imediato reconhecimento da perda contábil, porém não obrigava a compradora a assumir o passivo bancário de curto prazo.
46. A esse respeito, em 28.05.2012, Marcelo Saweryn escreve para Deconto (Anexo 19 do Relatório Control Risks), estranhando a nova proposta de R\$128 MM, pois anteriormente o valor girava em torno de R\$62 MM (segundo Saweryn) e SüdMetal não efetuaria nenhum pagamento a Taurus, em troca assumiria empréstimos e financiamentos da TMFL. E, pelo que tinha entendido, *“esses R\$62 MM seriam paulatinamente reconhecidos como perda pela Taurus no resultado do exercício nos próximos 5 anos.”*. Perguntando a Deconto *“Como a proposta é de R\$ 128 MM, estou entendendo que haverá sim o pagamento pela SUD de R\$ 64 MM. A outra parcela de R\$ 64 MM, essa sim será perdoadada?”*
47. Em 30.05.2012, em reunião de Diretoria, discute-se a nova proposta recebida da Renill, concluindo-se que, embora não atendessem as expectativas da Companhia, e, considerando que o fechamento da empresa representaria, conforme estimativas de Gilmar Rabaioli, perda de R\$80 milhões, saída de caixa de R\$45 milhões e responsabilidade por assistência técnica aos clientes, a Diretoria recomendava ao Conselho de Administração a aprovação da proposta. E que a Diretoria envidaria todos os esforços visando a melhorar os aspectos gerais propostos e ao mesmo tempo minimizar os efeitos nos resultados da Companhia.
48. Em 05.06.2012, Deconto encaminha (a Amoreti Gibbon, Carlos Miguel, Dennis Gonçalves, Felipe Dias, Gilmar Rabaioli, Jaguarê Teixeira, Marcelo Saweryn, e Ricardo Alfonsin) modelo denominado *“Projeto para alienação da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.”*. Cf. apresentação em powerpoint anexa ao e-mail que consta do Anexo 15 do Relatório Control Risks.
49. Nessa mesma data, ou em data próxima a essa, o Conselho de Administração (em reunião por telefone) aprova a transação de venda da TMFL para a Renill.
50. Em 11.06.2012, é distribuída uma nova minuta de contrato, ainda pendente de ajuste de valores e questões operacionais, mas que refletia a estrutura aprovada. Seria criada uma nova empresa, que se denominaria SM Metalurgia Ltda., que seria o veículo para a alienação dos ativos Taurus Wotan.
51. Quanto ao preço e condições de pagamento, a minuta previa o valor de R\$108.154.000, a ser pago em duas parcelas: parcela A de R\$64.000.000; e parcela B de R\$44.154.000, em condições semelhantes às mencionadas acima.
52. Em 15.06.2012, os membros do Conselho recebem do Diretor-Presidente, um conjunto de informações a respeito dessa transação: 1. Conjunto de lâminas (fls. 1 a 13) descrevendo passo a passo a operação; 2. Minuta do Contrato Geral de Venda; 3. Confissão de dívida; 4. Contrato de locação - distrato; 5. Carta Proposta da Renill.

53. Em 20.06.2012, conclui-se a negociação com a assinatura do Contrato, a ser comentado mais adiante.
54. Na RCA de 21.06.2012, aprova-se formalmente a transação.
55. Na ata dessa RCA, o Diretor-Presidente relatou o negócio realizado, fundamentalmente igual ao modelo anteriormente aprovado, ficando consignado em ata que *"o recebimento dessa dívida (da Renill) depende de condições contratuais. Caso não se consumarem as condições estabelecidas, a dívida poderá não ser recebida e esse valor reverter em débito/prejuízo para a Taurus no futuro."*; e que *"a proposta em si, envolve riscos, considerando a situação dos ativos envolvidos e também as condições financeiras da compradora."*
56. O Conselheiro Danilo solicitou informações sobre os efeitos nos resultados e no Balanço Contábil, sendo informado pelo Diretor-Presidente que no curto prazo seriam registrados, em princípio, os efeitos contábeis relativos ao custo da prestação de garantias aos clientes e resultados da venda de produtos prontos mantido nos ativos da TMFL.
57. A despeito dos riscos envolvidos e da estrutura financeira da venda, não se fez qualquer ajuste contábil de tal modo a refletir esses fatores.

DOCUMENTOS QUE INSTRUMENTALIZARAM A VENDA DA SM METALURGIA LTDA. PARA A RENILL PARTICIPAÇÕES LTDA.

Contrato de Promessa de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças. 1º e 2º Aditivos. Outros contratos e pactos. Repactuação do Contrato.

Contrato de Promessa de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças

58. De acordo com o Contrato firmado em 20.06.2012, seguindo o modelo de negócio comentado acima, TMFL alienou a totalidade das quotas do capital social da SML para a Renill, pelo valor total de livros de R\$115.349.000. Passamos a seguir a examinar as principais características da transação concluídas nessa data.
59. O patrimônio da SML foi formado pela integralização de quotas do capital social mediante a conferência dos seguinte bens:
- (i) Pela TIL: um imóvel situado em Gravataí, no valor de R\$5.880.000;
 - (ii) Pela Wotan: um conjunto de máquinas e equipamentos industriais e imóveis situados em Gravataí, no valor de R\$35.000.000;² e
 - (iii) Pela TML: os seguintes ativos no valor de R\$74.469.000
 - a. um conjunto de máquinas e equipamentos industriais, matrizes e ferramentas, instalações, etc. no valor de R\$19.288.600;

² Conforme os laudos encaminhados a este Comitê, os imóveis constantes das matrículas 11.400 e 63.714, foram avaliados por R\$6.615.400 e R\$15.643.300, respectivamente.

- b. estoques no valor de R\$34.180.400, sendo remanescente do estoque no valor de R\$48.180.400, existente em 31.05.2012, depois de deduzidos os R\$14.000.000 que poderiam ser utilizados para pagar o item c, *infra*; e
- c. R\$21.000.000, em moeda corrente nacional, a ser integralizado em 12 parcelas mensais e sucessivas, representadas por notas promissórias avalizadas por FJTA
60. Pelo Contrato, as quotas adquiridas pela Wotan seriam dadas em pagamento a TMFL, para quitação de dívida de mútuo no valor de R\$35.000.000. As quotas adquiridas pela TIL, por seu turno, seriam utilizadas para integralização de quotas do capital social da TMFL, no valor de R\$5.880.000,00.
61. Com essas transações, TMFL passou a deter 100% das quotas do capital da SML, no valor de R\$115.350.000, comprometendo-se pelo Contrato a vendê-las à Renill pelo preço de R\$115.350.000,00,³ a serem pagos da seguinte forma:

Parcela A – R\$64.000.000 em 18 parcelas semestrais, com vencimento a partir de junho de 2013, sendo as duas primeiras parcelas no valor de R\$2.600.000, sem correção, e as demais 16 parcelas com vencimento a partir de 30 de junho de 2014, corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros de 0,5% ao ano, no valor de R\$3.675.000, representados por notas promissórias avalizadas por SüdMetal, sendo que tão logo houvesse a constituição das garantias hipotecárias previstas no contrato, o aval perderia efeito.

Parcela B – R\$51.350.000 a serem pagos em parcelas mensais, vencendo-se a primeira 180 dias após o vencimento da última prestação prevista na parcela A, apuradas em quantia equivalente aos seguintes percentuais da receita líquida da SML, ou da sociedade que viesse a sucedê-la:

Receita Líquida do mês anterior ao pagamento	%
De 0 a 500 mil	0,25%
De 500 mil a 3000 mil	0,50%
De 3000 mil a 7000 mil	0,75%
Acima de 7000 mil	1,00%

62. Implementadas as condições para o início de pagamento da Parcela B, ficava a TMFL obrigada a adquirir bens ou serviços da SML, no valor equivalente ao seu crédito. O crédito não seria exigível de outra forma e se extinguiria, quanto ao saldo não compensado, decorridos 5 anos do vencimento da última prestação prevista na Parcela A.
63. Com relação aos bens conferidos pela TIL e pela Wotan, cabem os esclarecimentos dos dois parágrafos a seguir.

³ Nesse preço estavam incluídos todos os direitos de propriedade industrial relativos à marca Wotan e as patentes de invenção, bem como todos os dados técnicos de engenharia, cadastros junto aos órgãos financiadores e estoques de peças e de produtos semiprontos da TML, inclusive os retomados de clientes.

64. A sócia TIL integralizou a subscrição de capital mediante a conferência de três imóveis constante da matrícula n.º 43.793, do Livro n.º 2 do Registro Geral do Registro de Imóveis da Comarca de Gravataí, RS, no valor total de R\$5.880.000;⁴
65. A sócia Wotan integralizou, parte, no valor de R\$ 9.250.000,00, mediante a transmissão ao patrimônio da sociedade, no prazo de 180 dias, de máquinas e equipamentos, de sua propriedade, que se achavam livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames⁵; parte, no valor de R\$25.750.000, mediante a transmissão ao patrimônio da sociedade, no prazo de 360 dias, de bens imóveis de sua titularidade, que, segundo foi declarado, se achavam livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames. Os bens imóveis conferidos foram os constantes das matrículas n.º 11.400 e n.º 63.714 todas do Livro n.º 2 do Registro Geral do Registro de Imóveis da Comarca de Gravataí, RS.⁶
66. Com relação às garantias, cumpre mencionar que somente o crédito correspondente à parcela A estava garantido por notas promissórias, avalizadas por SúdMetal Indústria Metalúrgica S.A., que seriam substituídas por outras sem aval tão logo tivesse havido a constituição das garantias hipotecárias previstas na cláusula oitava.
67. Outrossim, a Cláusula Oitava previa que os imóveis conferidos por TIL e Wotan ao capital social da SML seriam dados em garantia hipotecária, bem como as máquinas e equipamentos dos setores de caldeiraria e de tratamento térmico ficariam em penhor, até o pagamento final da parcela A do preço, liberando-se o penhor mencionado tão logo fosse constituída a hipoteca sobre o imóvel Wotan.
68. Em suma, constituídas as garantias hipotecárias sobre os imóveis conferidos por TIL e Wotan, tanto o aval quanto o penhor de máquinas e equipamentos deixariam de existir, restando apenas as garantias hipotecárias, cujos imóveis foram avaliados pelo valor total de R\$28.138.700. Considerando o valor atribuído a eles pelos sócios, o valor total da garantia seria de R\$31.630.000, ou seja, cerca de 50% do valor correspondente à parcela A.

Do 1º Aditivo ao Contrato de Promessa de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças

69. Em 06.08.2012, foi firmado o 1º Aditivo, por meio do qual sobre as parcelas A e B incidiriam correção pela TJLP e juros de 1,8% ao ano. No caso da parcela A, as duas primeiras prestações semestrais seriam fixas e sobre as demais incidiriam correção monetária e juros. No caso da parcela B, salvo

⁴ Conforme Laudo de Avaliação emitido pela Bolsa de Avaliação de Imóveis do Rio Grande do Sul - BOLSAVAL, o valor do imóvel da TIL, compreendendo o valor da área e das benfeitorias, havia sido avaliado por R\$4.322.300,00. Data da avaliação: 31.12.2008.

⁵ Conforme Laudo de Avaliação emitido pela BOLSAVAL, as máquinas e equipamentos de titularidade da Wotan foram avaliadas por R\$8.443.730. Data da avaliação: 01.06.2012

⁶ Conforme Laudo de Avaliação emitido pela BOLSAVAL, os referidos imóveis foram avaliados por R\$6.615.400 e R\$15.643.300, respectivamente, totalizando R\$22.258.700. Data da avaliação: 01.06.2012

melhor juízo, há uma aparente incongruência, pois se fala que o pagamento seria feito em parcelas mensais devidamente corrigidas e acrescidas de juros, quando na verdade as parcelas seriam pagas com base num percentual da Receita Líquida, até o montante de R\$51.450.000, em 10 anos, como se menciona abaixo.

70. Para efeito de cálculo do valor das prestações da parcela B, os percentuais calculados sobre a Receita Líquida passariam a variar de 2% a 5% sobre a Receita Líquida, estendendo o prazo de amortização de 5 para 10 anos.
71. Esse aumento da taxa de juros permitiu que não se realizasse prejuízo por ajuste a valor da presente dos recebíveis do contrato.⁷
72. Além do Contrato e do 1º Aditivo, no período compreendido entre agosto de 2012 e janeiro de 2013 foram assinados outros documentos por Diretores da Companhia, sem a devida autorização do Conselho de Administração, relativos a negócios fictícios, que foram anulados pelas partes por ocasião da repactuação do Contrato, em 12.09.2013.
73. Como se verificou posteriormente, tais documentos foram concebidos para compensar ou tornar sem efeito compromissos contratuais assumidos pela Renill que não faziam parte do negócio jurídico querido pelas partes.
74. Seguem breve comentários sobre esses documentos.

Contrato de Prestação de Serviços, de 01.08.2012

75. Verificou-se, posteriormente, que esse contrato foi concebido para atender demanda da parte compradora que queria uma carência para o pagamento das duas primeiras prestações da parcela A. Assim, esse contrato de prestação de serviços proveria os recursos para que a Renill pudesse pagar as duas primeiras parcelas do Contrato sem desembolso efetivo de recursos.
76. O contrato foi assinado por Jorge Py Velloso e Gilmar Antônio Rabaioli, respectivamente, Vice-Presidente e Diretor Executivo da Companhia.

Contrato de Fornecimento de Serviços, de 02.01.2013

77. Foi firmado também um Contrato de Fornecimento de Serviços, com data de 02.01.2013, mas cujas firmas foram reconhecidas em 14.08.2012, no valor de R\$92.460.000, por meio do qual Taurus contratou da SüdMetal a prestação de serviços de assistência técnica, manutenção e retrofit de máquinas.

⁷ Considerando o diferencial de taxa de 0,5% e 1,8% ao ano, estimamos que o ajuste a valor presente seria de R\$4.283 mil, no caso da parcela A.

78. Verificou-se posteriormente que esse contrato foi concebido para anular o pagamento da parcela B do Contrato e o aumento da taxa de juros de 0,5% para 1,8% ao ano previsto no 1º Aditivo.

79. O contrato foi assinado por Jorge Py Velloso e Gilmar Antônio Rabaioli, já referidos supra.

Carta de Forjas Taurus para SúdMetal, datada de 02.01.2013

80. Por essa carta, Taurus confirmava que o saldo retido na forma da cláusula quarta do Contrato de Fornecimento de Serviços supra, se destinava à quitação do valor total da parcela B do preço do Contrato.

81. Trata-se de documento pós-datado, pois as assinaturas tiveram suas firmas reconhecidas em 14.08.2012. Esse documento foi assinado por Felipe Saibro Dias e Gilmar Antônio Rabaioli, ambos diretores executivos da Companhia.

Aditivo (sem número) à Promessa de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, de 02.01.2013

82. Por esse documento, as partes decidiam tornar sem efeito a parcela B da Cláusula Quinta do Contrato.

83. Conforme parecer emitido pelo escritório ZNA Advogados, não há documentos comprobatórios das alegações sustentadas pela TMFL e Renill, no item 3 desse Aditivo, que justificassem o cancelamento da parcela B, i.e., de que teria sido realizada uma *due diligence*, na qual se teria constatado que grande parte dos ativos eram de difícil realização, em prazo compatível com a obrigação assumida etc.

84. O documento foi assinado por Felipe Saibro Dias e Gilmar Antônio Rabaioli, já referidos, sendo que este último já havia deixado a Companhia em data anterior à assinalada na carta.

85. Para concluir esse breve exame dos documentos relativos à transação em tela, cumpre referir a seguir, o 2º Aditivo ao Contrato de Promessa de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, a partir do qual o Contrato passou a refletir os reais termos do negócio em vigor entre as partes.

2º Aditivo de 12.09.2013

86. Conforme consta em ata de RCA de 12.09.2013, a repactuação do Contrato foi motivada pelo não pagamento, em 30.06.2013, da primeira prestação da parcela A e pela notificação extrajudicial recebida da Renill.

87. De fato, além dos motivos mencionados, haviam sido descobertos documentos que revelavam que diretores da Companhia, sem autorização do Conselho de

Administração, haviam assinado os contratos e as cartas acima mencionados, que alteravam fundamentalmente o valor do Contrato.

88. Segundo a referida ata, foram analisadas outras alternativas à repactuação, a saber: (i) manter o negócio contratado originalmente, sujeitando-se a demandas judiciais; (ii) desfazer o negócio, o que não foi aceito pela compradora, além dos efeitos contábeis muito relevantes, superiores à alternativa de repactuação; e (iii) retorno dos imóveis e imediato contrato de locação.
89. O Conselho de Administração, por unanimidade, deliberou repactuar o Contrato, conforme solicitado pela parte compradora.
90. Com a repactuação, o preço de venda foi reduzido de R\$115.350.000 para R\$57.520.000, a ser pago por meio de:
- (a) uma primeira prestação de R\$1.960.000,00, a ser paga pela Renill, através da SML, com o fornecimento de peças e componentes na prestação de serviços de garantia das máquinas fabricadas por TMFL e Wotan, bem como o fornecimento de peças e componentes para qualquer empresa do Grupo Taurus;
 - (b) duas prestações, no valor de R\$2.055.000,00 cada, uma com vencimento em 30.06.2014 e outra com vencimento em 30.12.2014; e
 - (c) o saldo, em 14 prestações semestrais, no valor de R\$3.675.000,00 cada uma, com vencimento a partir de 30.06.2015.
91. Todas as prestações seriam corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros de 1,8% ao ano, e as previstas nas letras "b" e "c", *supra*, seriam garantidas por notas promissórias avalizadas por SüdMetal até que fosse constituída a garantia hipotecária, após a qual o aval perderia o efeito.
92. Em função da descoberta dos citados documentos, do inadimplemento da primeira prestação e do novo valor do Contrato, os auditores independentes EY concluíram que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2012 não refletiam adequadamente os resultados do período e a situação patrimonial da Companhia. Entenderam os auditores independentes que os fatos acima mencionados eram de conhecimento dos administradores da Companhia, por ocasião da conclusão da venda da SML, em junho de 2012, e assim deveriam ter sido reconhecidos em 30.06.2012. Em consequência, emitiram parecer com ressalvas sobre a posição patrimonial e opinião adversa sobre o desempenho das operações e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data.
- ...
93. Nesse passo, convém abrir um tópico para tratar de Wotan Máquinas Ltda., com a qual a Taurus tem negócios desde 1999 quando arrendou o parque industrial da Wotan, que passou então a ser conhecido como Taurus Wotan.

WOTAN MÁQUINAS LTDA.

94. Wotan Máquinas Ltda. [segundo consta em sua defesa no processo judicial que lhe foi movido por Hunter Douglas] foi constituída em 07.04.1999, por Wotan Máquinas Operatrizes Ltda., que posteriormente teria transferido suas quotas para Wotan Automation International e William Joseph Fife. Atualmente, não se sabe ao certo quem são os beneficiários finais da Wotan Máquinas. Sabe-se apenas que suas sócias são duas *holdings*, uma delas registrada no Uruguai e a outra em BVI, e que a sociedade no Brasil é representada por administradores locais.
95. Em 27.05.1999, Taurus arrendou o parque industrial pertencente à Wotan Máquinas Ltda., composto pelo conjunto de máquinas e equipamentos industriais, ferramentais, móveis e utensílios, veículos, Marca Wotan e outros direitos de propriedade intelectual, e por imóveis constantes de duas matrículas do RI de Gravataí.
96. Diversos fatos levam a concluir que Wotan faz parte do grupo de fato liderado pela Taurus. Essa conclusão decorre do fato de a TMFL ter funcionado desde 2004, pelo menos, como caixa da empresa, suprimindo os recursos necessários para cobrir os seus compromissos financeiros por meio de uma conta de mútuo, onde eram lançados os empréstimo, juros, amortizações.
97. Alguns exemplos parecem corroborar esse entendimento: (i) a TMFL deu um mandato para a BR Partners vender o "negócio máquinas" que incluía a Wotan Máquinas Ltda.; (ii) os administradores da Wotan eram indicados e substituídos pela Administração da Taurus, sendo um dos administradores à época dos fatos o contador da Companhia e o outro parente próximo de um dos conselheiros fiscais e auditor da TMFL; (iii) sobre o saldo devedor de mútuo incidiam encargos financeiros a taxas inferiores às de mercado e a partir de janeiro de 2011 passou a não mais incidir tais encargos; (iv) na reunião de Diretoria de 05.01.2012 pediu-se a elaboração de alternativas para solução da TMFL "que contemplem o aproveitamento dos prejuízos fiscais da TMFL e da Wotan"; (v) incluiu-se ativos Wotan na transação, mesmo com os riscos pendentes sobre eles e que passaram assim a ser respondidos pela Taurus; (vi) discutiu-se no conselho o pagamento a credores externos da Wotan, como próximo passo após o levantamento da concordata.
98. Ademais, a TMFL figura no polo passivo de ação de cobrança movida em face de Wotan, em razão da superveniente locação do parque industrial (transferência de estabelecimento), tendo se concluído nessa ação que TMFL e Wotan se confundem. Tal entendimento é bastante plausível quando se examinam os fatos acima mencionados.
99. Enfim, Taurus assumiu de fato os riscos Wotan e vem exercendo todos os poderes que a caracterizam como controladora de fato. Não obstante isso, não há evidenciação dessa relação entre as empresas nas demonstrações financeiras da Taurus.

100. A relação Taurus-Wotan torna-se relevante, para efeito deste trabalho, na medida em que Wotan foi favorecida durante as negociações que resultaram na constituição da SML e posterior venda ao Grupo SúdMetal, como será visto mais adiante.

...

PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
ELEITO EM ABRIL DE 2013

101. O Conselho de Administração eleito na AGO de abril de 2013, pelo sistema do voto múltiplo, composto por maioria de conselheiros independentes, imprimiu um novo sentido à administração da Companhia.
102. Assim, quando veio à tona a problemática negociação da SML, foram tomadas medidas efetivas para regularização do contrato de venda da SML. Além disso, foi trocada praticamente toda a diretoria executiva ao longo de 2013.
103. Nota-se que a partir da eleição do atual Conselho e do reforço do quadro diretivo, passou-se a administrar a Companhia de forma mais profissional, independente e responsável.
104. No que tange às matérias aqui analisadas, releva mencionar: (i) a contratação da Cassel Gestão Estratégica de Tributos, que verificou a existência de contratos fictícios e recomendou as providências para a sua regularização, conforme estudo do início de junho de 2013; (ii) a repactuação do contrato celebrado com a Renill, de modo a ajustar o valor à realidade e sanear irregularidades cometidas; e (iii) a contratação, em dezembro de 2013, da Control Risks, que por meio de uma revisão da documentação eletrônica (imagens de computadores, e-mails e seus anexos) identificou, em seu Relatório circunstanciado de 14.02.2014, as irregularidades que haviam sido cometidas durante a negociação e execução do Contrato; (iv) decisão de refazimento espontâneo e reapresentação das demonstrações financeiras de 2012; (v) identificação e correção de ajustes adicionais a serem feitos, como a falta de provisionamento para perdas com estoques e máquinas obsoletos. Em análise específica sobre o aditivo assinados depois do Contrato de 25.06.2012, o advogado Zulmar Neves, sócio de ZNA Advogados, concluiu em seu parecer – datado de 02.08.2013 – que o Contrato de Fornecimento de Serviços firmado em 02 de janeiro de 2013, e a carta endereçada pela Taurus a SúdMetal nessa mesma data, são absolutamente ilegais e nulos de pleno de direito, eis que firmado por quem, de público sabido, não era mais diretor da Taurus, no caso Gilmar Antônio Rabaioli um dos signatários desses documentos. Concluiu o advogado Zulmar Neves, adicionalmente, que era ato anulável o ajuste de que trata Aditivo que implicou de forma esquivada renúncia de direitos da TMFL, por iniciativa do Conselho de Administração, posto que por ele não autorizado, como requer o artigo 27 do estatuto social da Taurus, em seu inciso XVIII.

105. Com isso, as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram submetidas à rerratificação e aprovadas, em conjunto com as demonstrações de 2013, na AGO/AGE de 30.04.2014.
106. De acordo com as demonstrações financeiras republicadas, no que concerne ao Contrato, a Companhia reconheceu perda decorrente da repactuação do contrato (perda por ajuste de preço) de R\$57.830 mil, e provisão adicional para perda, no valor de R\$60.744 mil, correspondente à totalidade do crédito remanescente, em razão (i) da deterioração das condições de crédito da compradora Renill [que inclusive deixara de pagar a prestação que se venceu em 30.06.2013], (ii) de ainda não ter concluído a formalização plena das garantias da operação, e (iii) pelo fato de não se dispor de informações atualizadas sobre a situação econômico financeira da compradora.
107. Foi nesse contexto de saneamento das demonstrações financeiras da Companhia, que foi criado o Comitê Especial Independente, com o objetivo de analisar e recomendar providências cabíveis relacionadas às medidas subsequentes às reapresentações de 2012 e 2013, inserindo-se essa iniciativa no novo modelo de governança responsável das empresas, em que elas mesmas assumem a responsabilidade de fiscalizar e investigar a atuação de seus colaboradores.

MANIFESTAÇÕES PRÉVIAS DO COMITÊ ESPECIAL INDEPENDENTE

108. Diante dos fatos apontados no Relatório Control Risks, o CEI houve por bem recomendar que a Administração da Companhia propusesse aos acionistas a suspensão do exame das contas dos administradores relativamente a 2012, tendo os acionistas deliberado aguardar as conclusões do CEI para então examinar as contas dos administradores dos exercícios 2012 e 2013.
109. A pedido da DRI da Taurus, para atender Ofício da CVM, o CEI informou à Companhia que tinha como meta concluir o seu trabalho e apresentar as suas recomendações até 30.05.2014. Tal prazo poderia ser prorrogado.
110. Adicionalmente, houve por bem encaminhar suas conclusões preliminares ao Conselho de Administração, no dia 20.05.2014, de modo a dar aos interessados a oportunidade de se manifestar antes da apresentação do Relatório Final. Estava convocada para o dia 21.05.2014 uma AGE convocada para alterar o estatuto. Uma das alterações tinha por objetivo aumentar o tamanho do Conselho de Administração, que passaria então a ter 9 (nove) membros, ao invés dos 7 (sete) atuais. Face à iminência da realização da AGE, o CEI emitiu em 20.05.2014 relatório preliminar baseado em análise preliminar e inicial dos documentos. A Comissão de Valores Mobiliários recomendou que a AGE de 21.05.2014 não se realizasse, e a AGE não aconteceu. Posteriormente, analisando documentos que não tinham sido

analisados antes de 20.05.2014, o CEI entendeu que o relatório preliminar perdeu sua validade. O único documento que representa a análise e os entendimentos do CEI é este, presente, relatório.

...

111. É o resumo dos fatos elaborado por este Comitê Especial Independente

NOSSO ENTENDIMENTO

112. Diante dos fatos narrados, o CEI entende que foram cometidas graves irregularidades no processo de venda da SML, e que essas irregularidades estão interligadas, fazendo parte de um conjunto de atos concebidos de modo a alienar o “negócio de máquinas” sem realizar prejuízo. Melhor dizendo, sem evidenciar as perdas que seriam incorridas caso o preço de venda permanecesse sendo os R\$64 milhões inicialmente acordados com a compradora.
113. Assim, optou-se por uma negociação direta com o Grupo SüdMetal, com quem foi possível negociar condições não usuais nesse tipo de transação, em especial, a adição de uma parcela ao preço de venda de R\$64 milhões que havia sido negociado em troca de compromissos de que esse adicional seria compensado ou não seria cobrado. Assim, foi possível equalizar o preço de venda ao custo contábil dos ativos negociados sem que obrigasse a parte compradora a pagar e, ao mesmo tempo, permitiu encaminhar uma solução para a questão Wotan, ou seja, a alienação de seus ativos e a quitação da dívida de mútuo.
114. Posteriormente, descobriu-se que haviam sido assinados documentos e contratos que asseguravam à parte compradora que a parcela adicional não seria cobrada. Esses documentos fizeram parte intrínseca do negócio e como tal devem ser considerados para efeito de apuração das irregularidades cometidas e responsabilidades.
115. Portanto, identificam-se três níveis de irregularidades: (i) pela concepção e aprovação do negócio com intuito de aumentar artificialmente o valor do Contrato de modo a não evidenciar a perda sofrida; (ii) pela execução de atos fictícios intrínsecos ao negócio tal como foi concebido e (iii) por falta de diligência daqueles – inclusive a auditoria externa independente - que tinham o dever de supervisionar e fiscalizar os atos da Diretoria e de certificar-se da licitude dos atos por ela praticados.

IRREGULARIDADES

116. Passamos a examinar a seguir as principais irregularidades identificadas no processo de venda da SML para a Renill, subdividindo-as em quatro tópicos:

- A. Concepção do Contrato e assinatura de documentos fictícios;
- B. Wotan: Falta de evidenciação da relação Taurus Wotan nas Demonstrações; Financeiras. Favorecimento indevido a Wotan;
- C. Contabilização do Contrato sem a correta evidenciação dos seus valores;
- D. Sobre as Garantias previstas no Contrato

A. Concepção do Contrato e assinatura de documentos simulados⁸

117. Depreende-se dos fatos relatados que a pedido da Taurus, o Grupo SüdMetal dispôs-se a aumentar o valor da transação de R\$64 milhões, que era o valor que estava disposto a pagar, para R\$115,3 milhões, recebendo em troca um compromisso que lhe assegurasse que a parcela B não seria exigida no futuro. A esse respeito, vide nota abaixo.⁹

118. Posteriormente, com a assinatura do 1º Aditivo, os parâmetros de cálculo do valor de cada prestação da parcela B foram alterados significativamente, como se pode verificar na tabela comparativa abaixo, o que aumentou o risco de a Renill vir a ter de pagar a parcela B, que, como afirmou Teichmann, era "algo que não era devido."

	Contrato	1º Aditivo
	21/06/12	06/08/12
Parcela B	51.350.000	51.350.000
% da Receita Líquida	1%	5%
Rec. Líq. Mínima	5.135.000.000	1.027.000.000
Prazo de amortização (anos)	5	10
Rec. Líq. Mínima Mensal	85.583.333	8.558.333

119. Com os novos parâmetros de cálculo das prestações da parcela B, se a Receita Líquida Mensal superasse R\$8,5 milhões, os R\$51.350.000 seriam integralmente pagos.
120. Cumpre observar que o 1º Aditivo implicou aumento dos compromissos financeiros da Renill, sem uma correspondente contraprestação da TMFL.

⁸ Utiliza-se a palavra "simulados" à luz do art. 167 do Código Civil: "Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma. § 1º Haverá simulação nos negócios jurídicos quando: I - aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem; II - contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira; III - os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados."

⁹ Vide e-mail enviado por Teichmann para Rabaioli, em 18.06.2012: "Este modo que foi feito, resolve o problema atual da Taurus, mas empurra para daqui a 9 anos o pepinó. Não queremos ficar com esta pendência, dependendo de faturamentos futuros (...) Desde o início, sempre falamos que o nosso interesse era ajudar a Taurus neste sentido, mas teríamos que ter algum contrato em paralelo que não deixe NADA PENDENTE ...não vamos ficar com a pendência de algo que não é devido." "Relativo à hipoteca, NÃO PODERÁ ESTAR VINCULADA AO PAGTO deste R\$44 M, somente aos R\$ 64 M." Cf. Anexo 7, Relatório Control Risks.

121. Assim, em troca da alteração dos parâmetros, a saber, “% da Receita Líquida” e “Prazo de Amortização” é razoável supor que a Renill tenha exigido, em contrapartida, novos contratos de fornecimento e de prestação de serviços que reforçassem a garantia contra o risco de pagamento futuro da parcela B.
122. Esse fato é corroborado pela data em que foram reconhecidas as firmas dos signatários dos seguintes instrumentos: 1º Aditivo do Contrato de 06.08.2012; Carta de quitação da parcela B de 02.01.2013; Contrato de Prestação de Serviços de 06.08.2012; Contrato de Fornecimento de Serviços de 02.01.2013. Todos esses documentos tiveram suas firmas reconhecidas pelo 10º Tabelionato de Porto Alegre, em 14.08.2012.
123. Todos esses documentos podem ser considerados nulos ou anuláveis, e assim foram tratados por ocasião da repactuação ocorrida em 12.09.2013.
124. Portanto, toda a transação deve ser considerada como gravemente irregular, cabendo, se for a decisão da Companhia, identificar as pessoas que conceberam a operação, que tiveram conhecimento dela e que a aprovaram, e os que executaram os atos propriamente ditos.
125. Evidentemente a assinatura desses documentos, consubstancia irregularidade grave praticada por administradores da Companhia, que podem vir a ensejar inclusive a responsabilidade penal.
126. No entanto, observando o processo de venda como um todo, há de se concluir que se trata da etapa final de um conjunto de atos que levaram a não evidenciação de perdas que seriam realizadas caso a transação fosse concretizada pelo valor pactuado de R\$ 64 milhões.
127. Entende o CEI, contudo, que a irregularidade principal foi a simulação do valor da transação e a execução de atos para concretizar o que foi concebido.

B. Wotan: Falta de evidenciação da relação Taurus Wotan nas Demonstrações Financeiras. Favorecimento indevido a Wotan

128. Dos fatos e evidências indicados no relato acima, conclui-se que havia uma relação muito próxima entre Taurus e Wotan. Há indícios de que a Wotan fazia parte do grupo de fato liderado pela Taurus.
129. No entanto a relação entre Taurus e Wotan não é evidenciada nas demonstrações financeiras da Companhia.
130. A esse respeito, cumpre mencionar algumas normas contábeis que tratam do assunto.

“CPC 05 – Partes relacionadas (IAS 24). RESOLUÇÃO CFC N.º 1.297/10

Propósito da divulgação sobre partes relacionadas

O relacionamento com partes relacionadas pode ter efeito na demonstração do resultado e no balanço patrimonial da entidade. As partes relacionadas podem levar a efeito transações que partes não relacionadas não realizariam. (...).

A demonstração do resultado e o balanço patrimonial da entidade podem ser afetados por um relacionamento com partes relacionadas mesmo que não ocorram transações com essas partes relacionadas. A mera existência do relacionamento pode ser suficiente para afetar as transações da entidade com outras partes. (...).

Por essas razões, o conhecimento das transações, dos saldos existentes, incluindo compromissos, e dos relacionamentos da entidade com partes relacionadas pode afetar as avaliações de suas operações por parte dos usuários das demonstrações contábeis, inclusive as avaliações dos riscos e das oportunidades com os quais a entidade se depara."

131. Por não ter um sócio controlador conhecido, e atuar por meio de representantes locais, um deles o coordenador de controladoria e atual contador da Taurus, pode-se equiparar a Taurus a sua controladora de fato ou, pelo menos, como empresa coligada de fato. Dessa forma, embora a Wotan não se enquadrasse, formalmente, como parte relacionada, na essência fazia parte do mesmo grupo econômico.
132. Portanto, no mínimo deveria tal fato ser evidenciado em Notas Explicativas, na medida em que a relação com a Wotan era relevante para efeito de avaliar as operações da Taurus por parte dos usuários das demonstrações contábeis, inclusive os riscos e as oportunidades com os quais a Companhia se deparava.
133. Ainda mais considerando-se que a Wotan estava sob o regime da concordata, até o início de 2012, era devedora de operação de mútuo de mais de R\$30 milhões perante a TMFL, e, além disso, a TMFL figurava no pólo passivo de ação de cobrança ajuizada pela Hunter Douglas, em 2005, em face da Wotan.¹⁰ Assinale-se, por importante, que na decisão ficou assentado que *"Veja-se que o próprio contrato [de locação] já traz indícios da simulação, pois injustificado que o preço do aluguel tenha sido num valor inicial de R\$ 1.550.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais)(sic), mais o valor mensal de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil). Com efeito, a título de locação, inconcebível que o locatário pagasse a quantia inicial exorbitante de 1,5 milhões"*. Reproduz-se trecho de sentença judicial:

"Ocorre que, não obstante estas provas indiquem se tratar de mero arrendamento do estabelecimento comercial da empresa ré, entendo que não

¹⁰ A esse respeito, a sentença de primeiro grau, da 2ª Vara Cível, da Comarca de Gravataí, prolatada em 18.11.2013, a Taurus, na qualidade de devedora solidária da Wotan, ao pagamento de R\$16,8 milhões, importância essa a ser corrigido pelo IGPM e acrescido de juros de mora de 12% ao ano, a contar de 06.05.2005. Cf. Processo nº 015/1.05.0004978-0 (CNPJ:0049781-14.2005.8.21.0015)

passam de um ardil para possibilitar que a devedora se isente de obrigação perante os credores, pois, na prática, o que se verifica é que a Taurus "incorporou" a antiga Wotan, pois inclusive apresentava-se publicamente como "Taurus Wotan" até pouco tempo atrás, conforme demonstram as inúmeras reportagens jornalísticas acostadas aos autos." (Processo nº: 015/1.05.0004978-0 (CNJ: 0049781-14.2005.8.21.0015), 2ª Vara Cível, Comarca de Gravataí, RS, Autor: Hunter Douglas N.V., Réus: Wotan Máquinas Ltda e Taurus Máquinas - Ferramentas Ltda, Juiz Prolator: Juíza de Direito - Dra. Keila Silene Tortelli, Data: 18/11/2013)

134. Ademais, analisando objetivamente o relacionamento da TMFL com a Wotan, nota-se que esta recebeu tratamento favorecido. Acima foram mencionadas operações de mútuo, sobre as quais incidiam, sobre o saldo devedor, encargos financeiros e que, a partir de janeiro de 2011, deixaram de ser periodicamente calculados e cobrados. Note-se que a TMFL nunca cobrou o mútuo da Wotan, que foi quitado apenas em junho de 2012, por meio da dação em pagamento citada no parágrafo abaixo.
135. Finalmente, conforme previsto no Contrato, a Wotan deu em pagamento do saldo devedor de mútuo quotas do capital da SML, pelo valor contábil, quando a TMFL estava negociando essas mesmas quotas por valor inferior, se bem consideradas as condições de pagamento previstas no Contrato.
136. Em resumo, identificamos, entre outras, as seguintes irregularidades no relacionamento com a Wotan:
- (i) falta de evidenciação nas demonstrações financeiras do relacionamento TMFL-Wotan, que desse mais transparência a esse relacionamento e permitisse aos acionistas melhor avaliar os riscos decorrentes dos negócios realizados com ela;
 - (ii) empréstimos em dinheiro a Wotan, sem incidência de encargos financeiros o que poderia vir a ser caracterizado como ato de liberalidade e distribuição disfarçada de lucros¹¹;
 - (iii) operação financeira de mútuo, em caráter sistemático, sem qualquer tipo de garantia real, com empresa sobre a qual sequer se conhecem os sócios finais e durante boa parte do tempo era concordatária;
 - (iv) dação/recebimento de quotas do capital social da SML, pelo valor nominal, em quitação de saldo devedor de mútuo, sem considerar as condições de pagamento previstas no Contrato.

C. Contabilização do Contrato sem a correta evidenciação dos seus valores.

137. Analisando objetivamente o Contrato, observa-se que a redação das condições de pagamento da parcela B da Cláusula Quinta do Contrato assinado em 21.06.2012, cujo texto foi reproduzido acima, revela *per se* que essa parcela não seria paga, na medida em que o valor de cada prestação seria calculado a razão de 1% (na melhor hipótese) da Receita Líquida da SML.

¹¹ Cf. art. 464, inciso VI, do RIR, Decreto nº 3.000, de 26.03.1999.

138. Como mostra o quadro abaixo, no cenário mais favorável à TMFL, a Receita Líquida da SML teria de ser de pelo menos R\$5,1 bilhões, ao longo de 5 anos, correspondente a uma receita líquida média mensal mínima de R\$85,5 milhões.

	Contrato
	21.06.12
Parcela B	51.350.000
% da Receita Líquida	1%
Rec. Líq. Mínima	5.135.000.000
Prazo de amortização (anos)	5
Rec. Líq. Média Mensal Mínima	85.583.333
Valor da transação	115.350.000
Giro mensal	0,75

139. Note-se que a receita líquida mínima necessária para o pagamento da parcela B era incongruente com histórico da TMFL¹² e com o valor do conjunto de ativos que estava sendo negociado. Com efeito, admitindo-se que R\$115,3 milhões fosse o valor justo desses ativos, a receita líquida de R\$85,5 milhões corresponderia a um giro mensal (receita líquida/ ativo) de 0,75 vezes, equivalente a um giro anual de 8,9 vezes o valor do ativo. Portanto, não seria razoável supor que essa receita líquida fosse alcançada e, consequentemente, que o crédito viesse a ser pago.
140. Mesmo considerando a assinatura do 1º Aditivo, em que os parâmetros de cálculo da parcela B foram alterados, entendemos que a interpretação prudente desse ato levaria a suspeitar-se da sua validade e eficácia jurídica, na medida em que a parte compradora assumiu obrigações adicionais sem nenhuma contrapartida (conhecida à época).
141. Adicionalmente, implementadas as condições para o início de pagamento da Parcela B, ficaria a TMFL obrigada a adquirir bens ou serviços da SML, no valor equivalente ao seu crédito. O crédito não seria exigível de outra forma e se extinguiria, quanto ao saldo não compensado, decorridos 5 anos do vencimento da última prestação prevista na Parcela A.
142. Tratava-se, pois, de uma parcela incluída para equalizar o valor de venda ao de custo dos ativos, sem que criasse efetivamente direitos e obrigações. Para tanto, deu-se um formato de cláusula *earn out*, calibrada de tal forma que a chance de se constituir um direito de crédito era remotíssima, e se e quando constituído, o Grupo Taurus se obrigava a adquirir bens ou serviços da SML no valor equivalente a esse crédito.

¹² A Receita Líquida da TMFL no exercício findo em 31.12.2011 foi de R\$35.366 mil (R\$64.703 mil, em 2010), com um Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos de prej. 26.785 mil (prej. R\$4.432 mil, em 2010).

143. Complementando, vejamos alguns excertos das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2012 (valores em R\$ mil):

**“8. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas
(...)”**

Com o pagamento de dívida, de capitalização e de dação em pagamento, da Wotan Máquinas Ltda. e da Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., a Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. passou a deter a totalidade das quotas da SM Metalurgia Ltda., ficando o compromisso de venda e o compromisso de compra pela Renill Participações Ltda. de adquirir a totalidade das quotas pelo preço de R\$ 115.350, a ser pagos da seguinte forma:

a) R\$ 64.000 em 18 (dezoito) parcelas semestrais, com vencimento a partir de 30 de junho de 2013, sendo as duas primeiras parcelas no valor de R\$ 2.600 e as demais com vencimento a partir de 30 de junho de 2014 no valor de R\$ 3.675, com notas promissórias garantidas pela SúdMetal Indústria Metalúrgica S.A.;

b) R\$ 51.350 a serem pagos em parcelas mensais, vencendo-se a primeira 180 dias após o vencimento da última parcela prevista no item (a) acima. As parcelas serão atualizadas pela TJLP + 1,8% a.a.”

144. Note-se que foram omitidas as condições de pagamento da parcela B.
145. Por essas razões, o CEI entende que o Contrato foi contabilizado sem a devida evidenciação dos seus valores, inclusive em Notas Explicativas, de tal modo que o resultado do período ficou significativamente afetado, assim como a situação patrimonial da Companhia. Tal entendimento não leva em conta o conhecimento dos e-mails constantes do Relatório Control Risks ou dos contratos simulados e “documentos paralelos” descobertos posteriormente.
146. Outrossim, cumpre observar que a falta de evidenciação adequada do valor dos ativos já se constata nas demonstrações financeiras de 2011, quando da transferência de ativos para o grupo de ativos mantidos para venda. A administração encaminhou à firma de auditoria externa independente cartas de representação incompletas quanto às informações relativas aos exercícios de 2011 e 2012. Esta falta de transparência não mitiga a falta de diligência da firma auditoria externa, que não efetuou uma análise pormenorizada e profunda de uma transação de alta materialidade como foi a da venda da SML.
147. Seguem abaixo algumas normas aplicáveis à matéria, que no nosso entender não foram observadas pela Administração.
148. De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36), RESOLUÇÃO CFC N.º 1.292/10:

“12. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguinte indicações:

(...)

Fontes internas de informação

- (a) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- (b) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, **planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence**, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida;
- (c) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado;"

149. No caso específico de ativos mantidos para venda, prescreve o CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5), RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.188/09, que

"6. A entidade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo."

e que,

"20. A entidade deve reconhecer, nos termos da NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a perda por redução ao valor recuperável relativamente **a qualquer redução inicial ou posterior do ativo ou do grupo de ativo mantido para venda ao valor justo menos as despesas de venda**, além de qualquer outra perda que tenha sido reconhecida de acordo com o item 19."

150. Entende o CEI que a Companhia não fez os necessários ajustes que refletissem o valor a ser recuperado na venda, já em 2011, quando se iniciou o processo de venda da TMFL.

EVIDÊNCIAS

151. Dentre os ajustes feitos retroativamente, por ocasião do refazimento das demonstrações financeiras 2012, a Diretoria da Companhia relatou a baixa de estoques obsoletos e a venda de máquinas sucateadas para a coligada Polimetal, que que saíram do estoque da TMFL e entraram no imobilizado da Polimetal e que dessa forma passaram a ser depreciadas, ao invés de serem baixadas do ativo.

152. As irregularidades acima apontadas, configuram, portanto, uma política adotada pela Companhia no sentido de postergar ao máximo o reconhecimento de perdas no "negócio de máquinas."

D. Sobre as Garantias previstas no Contrato

153. Não obstante tratar-se de uma condição negocial, em que se deve respeitar a decisão discricionária da administração da sociedade, cabe assinalar que as garantias previstas no Contrato cobriam apenas o risco de crédito referente à parcela A, por exigência do Grupo SúdMetal, uma vez que a parcela B “não era devida”, conforme ficou estabelecido em diversos documentos citados acima.
154. Porém, mesmo em relação ao crédito referente à parcela A, no valor de R\$64.000.000, as garantias contratuais cobriam no máximo 50% desse valor, sem contar que usualmente se exigem garantias superiores ao valor do crédito garantido.
155. Portanto, mesmo ciente do risco de crédito, conforme foi mencionado pelo Diretor-Presidente, em RCA acima referida, aceitou-se esse risco sem as garantias adequadas de modo que se configurando uma crise de inadimplência da parte compradora, a Companhia pudesse mitigar as suas perdas.
156. Pior, as garantias acabaram não sendo constituídas, parcial ou totalmente, por negligência da administração que deixou de tomar as providências necessárias.
157. Ademais, foram aceitos imóveis pertencentes à Wotan que garantiam débito perante a Hunter Douglas, declarando-se que esses imóveis achavam-se livres de qualquer gravame.

OUTROS

Sobre a Distribuição de lucros sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. Distribuição de lucros inexistentes. Irregularidade não configurada.

158. O Conselho de Administração deliberou a distribuição aos acionistas de um total de R\$16.684 mil, a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, referentes ao exercício social findo em 31.12.2012:
- Em 16.08.2012, a distribuição de dividendos intermediários, no valor total de R\$9.028 mil.
 - Em 19.11.2012, o pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor total de R\$4.164 mil.
 - Em 25.03.2013, distribuição complementar de dividendos de R\$3.492 mil.
159. Após o refazimento das demonstrações financeiras, apurou-se um prejuízo do exercício de 2012 de R\$117.201 mil e um saldo de prejuízos acumulados de R\$20.604 mil, após zeradas a Reserva Legal e a Reserva para Investimentos.
160. Dessa forma, caracterizar-se-ia, objetivamente, a distribuição de lucros inexistentes.

161. Contudo, com o refazimento das demonstrações financeiras realizada no início de 2014, o saldo de prejuízos acumulados foi afetado por provisão adicional para perda, no valor de R\$60.744 mil, correspondente à totalidade do crédito remanescente (parcela A), entendendo-se que essa perda deveria ter sido reconhecida retroativamente a 2012.
162. No entanto, o CEI entende que essa avaliação traz consigo o conhecimento de fatos posteriores, e que o risco de perda total da parcela A poderia não estar claramente configurado, em 31.12.2012.
163. Desse modo, para efeito de verificação de eventual distribuição de lucros inexistentes, dever-se-ia considerar o saldo de lucros acumulados antes da referida provisão adicional para perda, que nesse caso apresentaria um saldo positivo.
164. Deve-se observar, também, que o saldo de reservas de lucros não foi acrescido pelo resultado da venda da SML, uma vez que ela se deu pelo valor contábil.
165. Destarte, não se configuraria plenamente a distribuição de lucros inexistentes ou a realizar.

EVENTUAIS RESPONSABILIDADES

Participação na operação

166. Conforme o Relatório Control Risks, participou da operação Ricardo Alfonsin, advogado externo da Taurus, que a partir de abril de 2012 foi o principal interlocutor perante a Renill, juntamente com Rabaioli.
167. Tal conclusão decorre da leitura do e-mail que consta do Anexo 21 do Relatório Control Risks transcrito abaixo:

From: Gilmar Rabaioli <gilmar.rabaioli@taurus.com.br>
Date: Mon, 9 Jul 2012 11:22:48 -0300
To: Ricardo Alfonsin <ricardo@alfonsin.com.br>
Subject: RES: HONORÁRIOS
Prezado Dr. Alfonsin,
Em primeiro lugar, desculpe a demora na resposta.
Que tal os seguintes honorários:
R\$ 64.000 (valor da negociação) x 0,3% = R\$ 192.000,00 em duas parcelas.
O que lhe parece ?
Abraco,
Gilmar

168. Ao que Alfonsin responde:

Em 09/07/2012, às 11:43, "ricardo@alfonsin.com.br" <ricardo@alfonsin.com.br> escreveu:

(...). Em segundo a solução para a parte que superou os R\$64 foi a mais trabalhosa. (...). Abs
Enviado do meu BlackBerry® da TIM

169. Assim, conclui a Control Risks, nesse e-mail "...Alfonsin sugere ter arquitetado o mecanismo jurídico relacionado ao perdão da dívida."
170. Do lado do Grupo Taurus, além de Alfonsin e Rabaioli, participaram as pessoas que assinaram os documentos simulados, bem como as pessoas que tiveram contato mais assíduo com Alfonsin e Rabaioli possivelmente tinham conhecimento de toda a estrutura do negócio e foram copartícipes da concepção do negócio nos termos em que foi executado.
171. A minuta de 25.05.2012, que incluiu pela primeira vez a parcela B, foi enviada por Hector Furlong a Alfonsin, e em seguida retransmitida por Alfonsin para os diretores Rabaioli, Saibro, Deconto e Gonçalves; e para os conselheiros Luís Estima e Fernando Estima. Cf. e-mail Anexo 26 do Relatório Control Risks.
172. Essas mesmas pessoas receberam a minuta encaminhada em 11.06.2012. Cf. e-mail Anexo 31 do Relatório Control Risks.
173. Cumpre mencionar que no e-mail enviado por Hector Furlong a Alfonsin, e reencaminhado por este, em 01.06.2012, aos quatro diretores mencionados acima, há expressa menção a "uma correspondência, ao menos entre nós, sobre a parcela de 64.000.000", valor esse correspondente à parcela B, que constava da minuta dessa data.

From: Ricardo Alfonsin
Sent: Friday, June 01, 2012 14:21:18
To: Edair Deconto; Dennis Braz Gonçalves; Diretoria - Taurus; Gilmar Rabaioli; Felipe Saibro Dias
Subject: Fwd: Taurus Máquinas
Attachments: TML.doc
Para exame de todos
----- Mensagem encaminhada -----De: Hector Furlong
Data: sexta-feira, 1 de junho de 2012
Assunto: Taurus Máquinas
Para: Ricardo Alfonsin <ricardo@alfonsin.com.br>
Cc: renato Conill <renato.conill@sudmetal.ind.br>
Prezado Alfonsin.
Anexo o texto com modificações sugeridas pelo meu lado, que passo a resumir:
(...)
Precisamos definir a inclusão de máquinas da Forjas que estão no tratamento térmico (compradas por ela, não pela Taurus Máquinas, como forno e ponte rolante), e escrever uma correspondência, ao menos entre nós, sobre a parcela de 64.000.000.
Abraço, Hector
(Grifamos)

174. Além das pessoas acima mencionadas, cumpre também mencionar os conselheiros fiscais Amoreti Franco Gibbon e Marcelo de Deus Saweryn.
175. Amoreti Franco Gibbon, à época, era conselheiro fiscal da Taurus, tendo acompanhado as negociações, por meio de e-mails, e participado de reuniões. Em 25.07.2012, envia e-mail para Carlos Miguel (contador) com o

seguinte teor: "Conforme combinado com o Edair, os honorários devidos, relativos à primeira etapa da operação TMFL, no valor líquido de R\$15mil, me serão pagos mediante recibo RPA, a exemplo do que já é feito mensalmente como conselheiro fiscal. (...)." Portanto, Gibbon participou da negociação, sendo inclusive remunerado por isso pela TMFL, mesmo sendo membro do conselho fiscal da controladora Taurus.

176. Marcelo de Deus Saweryn, sócio da Saweryn & Associados S/S Auditores Independentes. Foi auditor da TMFL até 2011 (em 2012, a auditoria passou a ser feita pela EY). Saweryn foi eleito para o Conselho Fiscal em 27.04.2012; portanto, à época dos fatos não exercia mais a função de auditor da controlada TMFL. Assim como Gibbon, a ele foram endereçados vários e-mails em diversas datas. Envia e-mail a Deconto em 28.05.2012, pedindo esclarecimentos sobre a proposta de 25.05.2012, transcrito acima, em que Saweryn indagava: "Como a proposta é de R\$128MM, estou entendendo que haverá sim o pagamento pela SUD de R\$64MM. A outra parcela de R\$64MM essa sim que seria perdoada?"
177. Jorge Py Velloso, à época Diretor Vice-Presidente Sênior, participou da assinatura de documentos simulados.
178. Assim, pode-se concluir que participaram da operação (em ordem alfabética):
- a) Amoreti Franco Gibbon, membro do conselho fiscal da Taurus
 - b) Dennis Braz Gonçalves, Diretor-Presidente da Companhia;
 - c) Edair Deconto, Diretor Executivo de Auditoria;
 - d) Felipe Saibro Dias, Diretor Executivo de Finanças;
 - e) Gilmar Antônio Rabaioli, Diretor Executivo Administrativo;
 - f) Jorge Py Velloso, Diretor Vice-Presidente Sênior
 - g) Marcelo de Deus Saweryn, membro do conselho fiscal da Taurus
 - h) Ricardo Alfonsín, advogado externo da Taurus
179. Não se pode excluir, outrossim, a hipótese de que Luís Estima e Fernando Estima tenham tido conhecimento dos fatos, pelo fato de terem acompanhado as negociações, pela posição que ocupavam na Organização, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, pelo poder de comando que exerciam nas deliberações da Companhia, além, evidentemente, pela posição acionária que detinham à época dos fatos. Some-se a isso o fato que, entre os membros do Conselho de Administração, apenas os conselheiros Luís Estima e Fernando Estima foram endereçados em e-mails encaminhados pelo advogado Ricardo Alfonsín nos dias 25.05.2012 e 11.06.2012, por meio dos quais foram encaminhados minutas de contrato que depois se revelaram documentos simulados, conforme e-mails anexos 19 e 31 do Relatório Control Risks.

Assinatura de documentos simulados

180. Os documentos simulados acima mencionados, que fizeram parte integrante da negociação foram assinados pelas seguintes pessoas:

DOCUMENTO	DATA	ASSINATURAS
Contrato de Prestação de Serviços	01.08.2012	Velloso e Rabaioli
1º Aditivo do Contrato	06.08.2012	Velloso e Rabaioli
Carta referente ao Contrato de Prestação de Serviços de 01.08.2012	06.08.2012	Velloso e Rabaioli
Carta de quitação da parcela B do Contrato	02.01.2013	Velloso e Rabaioli
Contrato de Fornecimento de Serviços	02.01.2013	Velloso e Rabaioli
Aditivo (s/nº) à Promessa de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças	02.01.2013	Saibro Dias e Rabaioli

181. Com exceção do último, os demais tiveram suas firmas reconhecidas no dia 14.08.2012, sendo os três últimos pós-datados.

Responsabilidade pela contabilização e evidenciação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2012

182. Pelas razões expostas acima, a elaboração das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31.12.2012, deixou de expressar adequadamente o resultado do exercício e a situação patrimonial da Companhia, bem como deixou de apresentar em Notas Explicativas informações complementares essenciais a respeito da parcela B, especificamente quanto às incertezas quanto ao seu recebimento (forma de cálculo e de pagamento, e prazo), bem como deixou de evidenciar o relacionamento Taurus-Wotan, que no nosso entender era de rigor.
183. De fato, não foi observado o princípio da Essência sobre a Forma, ao se contabilizar a venda da SML pelo preço constante do Contrato, sem a mensuração correta do valor justo dos créditos a receber sobretudo no que tange à parcela B, cujo valor dependia de eventos futuros e incertos e sobre os quais a Administração não tinha controle, bem como no que se refere às operações relacionadas à Wotan.
184. Assim sendo, os órgãos da Administração da Companhia deveriam ter zelado para que as demonstrações financeiras refletissem adequadamente os termos dessa transação e do relacionamento com a Wotan, sem as irregularidades acima apontadas.
185. O CEI entende também que o Conselho de Administração, por um dever de cuidado, deveria ter se informado melhor ou pedido uma opinião sobre a transação de uma empresa especializada independente (*fairness opinion*). Para esse fim poderia ter utilizado até mesmo a empresa de assessoria financeira contratada, a BR Partners, cujo mandato ainda estava em vigor. Tratava-se de uma operação relevante, complexa, em que seria necessária uma melhor avaliação dos riscos envolvidos e das contingências

para a TMFL, sobretudo quando havia incerteza sobre a situação financeira da parte compradora e de sua capacidade de honrar os compromissos assumidos.

186. O Conselho Fiscal, por seu turno, é o órgão mediante o qual os acionistas fiscalizam a gestão da sociedade. O CEI entende que os membros do Conselho Fiscal deixaram de apurar e denunciar as irregularidades acima apontadas, deixando assim de cumprir as funções que a lei lhes atribui (art. 163 da Lei das S.A.).

187. Portanto, pode-se concluir que os membros, à época, do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos deixaram de cumprir o seu dever de cuidado e diligência no que se refere à elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2012. Assim, esses administradores, a critério dos acionistas, podem vir a ter as suas contas do exercício 2012 não aprovadas em assembleia.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS QUANTO AOS FATOS NARRADOS NESTE RELATÓRIO

188. Diante do exposto acima, o CEI recomenda ao Conselho de Administração e a cada um dos seus membros, ouvido o Conselho Fiscal, que:

- (i) comuniquem essas irregularidades à assembleia geral, sob pena de descumprimento do dever previsto no §4º do art. 158, da Lei nº 6.404/76 que dispõe que o administrador que, tendo conhecimento do não cumprimento desses deveres por seu predecessor, (...), deixar de comunicar o fato à assembleia geral, tornar-se-á por ele solidariamente responsável;
- (ii) recomendem aos acionistas, a seu critério, a não aprovação das contas do exercício 2012, fundamentando essa recomendação, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sob pena de preclusão da propositura da ação de responsabilidade (art. 159 da Lei das S.A.) em face dos administradores que a Companhia julgue conveniente propor, tendo em vista as suas respectivas funções exercidas na Companhia.

189. Recomenda que o Conselho de Administração, consultado o Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria e Riscos e os consultores jurídicos, determine à Diretoria que tome as medidas cabíveis, em face da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, para o ressarcimento de prejuízos pelo descumprimento dos seus deveres de diligência na identificação das irregularidades apontadas acima, tanto no que diz respeito à contabilização e evidência do Contrato, quanto ao relacionamento com a Wotan, bem como pelo descumprimento dos seus deveres contratuais e profissionais específicos relativos ao trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2012.

190. O CEI recomenda, também, que o Conselho de Administração delibere sobre a proposição das ações judiciais cabíveis nas esferas cível e criminal.

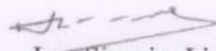
191. Finalmente, recomenda que aprovação ou não de contas dos administradores da Companhia, bem como a proposição das medidas judiciais

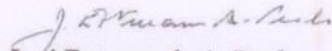
cabíveis observe o Princípio da Proporcionalidade, ou seja, da adequação, da necessidade e da razoabilidade. Em especial, que verifique o papel exato desempenhado individualmente pelos administradores, considerando o conjunto de informações de que dispunham no momento da tomada de decisão. Faz-se tal ressalva porque na data de elaboração deste relatório é possível chegar-se a conclusões diferentes daquelas a que chegariam os administradores que, à época dos fatos, não dispunham de tantas informações como aquelas que agora se conhecem.

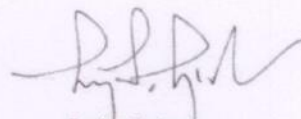
OUTRAS RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ ESPECIAL INDEPENDENTE

192. Vide os anexos I e II deste relatório.

De São Paulo para Porto Alegre, em 06 de junho de 2014.


Iran Siqueira Lima


José Estevam de A. Prado


Luiz Spínola

ANEXO I

RECOMENDAÇÕES AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE FORJAS TAURUS S.A.

(OBJETIVANDO MELHORAR A GOVERNANÇA CORPORATIVA DA COMPANHIA,
DE FORMA A TORNÁ-LA MENOS VULNERÁVEL A PRÁTICAS INADEQUADAS DE
SUA ADMINISTRAÇÃO NO FUTURO)

Em 2011, a Companhia implementou uma profunda reestruturação de sua Governança Corporativa, através da qual:

- Criou as pré-condições para um maior alinhamento dos interesses de todos os acionistas da empresa.
- Todos os acionistas passaram a ter direito de voto, pleno (acionistas detentores de ações ordinárias) ou restrito (preferenciais).
- Migrou para o Nível 2 de Governança, da BM&FBOVESPA, conferindo uma série de direitos aos acionistas minoritários, tais como (i) tag-along de 100% para ações ordinárias e preferenciais; (ii) presença de membros independentes no Conselho de Administração; (iii) direito de voto em matérias relevantes¹³; (iv) criação de comitês de auditoria, risco e remuneração; (v) reforma integral do Estatuto Social, com relevante modernização dos dispositivos de Governança; (vi) racionalização da estrutura de controles internos, com aumento dos padrões de Governança e melhoria das relações com o mercado investidor.

Esta reestruturação foi conseguida a partir do potencial de uma crise iminente, pois a holding controladora da Companhia ostentava alto endividamento, para o qual havia imposto à Forjas Taurus a concessão de um aval aos bancos credores. Assim sendo, caso a citada holding viesse a inadimplir com suas obrigações financeiras, a Companhia seria obrigada a honrar o referido aval, prejudicando 100% de seus

¹³ Direito de voto em casos de: (a) cisão, fusão, incorporação ou transformação da companhia; (b) avaliação de bens para integralização de capital; (c) escolha de empresa especializada para emissão de laudo de avaliação; e (d) qualquer alteração estatutária com relação às matérias acima.

acionistas, em benefício do acionista controlador indireto, Sr. Luis Fernando Costa Estima, que possuía parcela diminuta do capital total. A referida holding havia comprometido contra-garantias para compensar a Forjas Taurus pelo seu aval, porém tais contra-garantias eram de difícil liquidez.

Os acionistas minoritários (Previ, Geração Futuro e Joaquim José Vieira Baião Neto) lograram então obter do acionista controlador, uma redução em seu poder político, em troca da incorporação das ações de emissão de sua holding Polimetal Participações S.A. na Forjas Taurus S.A., através de sucessivos passos, entre os quais se destacam: (a) operação aprovada exclusivamente por acionistas minoritários; e (b) transação não contemplou prêmio de controle para o controlador.

Uma vez realizada a reestruturação, a administração da Companhia teria de passar a gerir a Companhia e todas suas controladas utilizando-se das boas práticas de Governança por ela introduzidas. Tal não foi o que se verificou, pois menos de 12 meses após implementada tal reestruturação, constatou-se a prática de procedimentos irregulares, os quais foram objeto deste relatório, com graves consequências financeiras e reputacionais para a Companhia e todos seus acionistas.

Apenas na AGO de 2013, quando os minoritários requereram o “voto múltiplo”, é que a administração da Companhia passou a utilizar aquelas boas práticas de Governança que lhe foram facultadas pela reestruturação de 2011. Foi a partir de então, com um Conselho composto por 3 membros indicados pelo acionista de referência (o ex-controlador, Sr. Luis Fernando Costa Estima) e 4 independentes indicados pelos minoritários, é que as graves irregularidades praticadas em 2012 foram identificadas, culminando no refazimento das demonstrações financeiras do exercício de 2012.

Fica claro, portanto, que para que a Companhia supere sua atual delicada situação financeira, que é mister que se imponha a integral utilização das faculdades de Governança introduzidas pela reestruturação de 2011. Para tanto, O CEI considera fundamental que o Conselho de Administração – o atual e todos os futuros que venham a ser eleitos – atuem no sentido de respeitar todos os preceitos, conceitos, regras e ritos previstos na estrutura de Governança implantadas em 2011. Isto depende, entretanto, de que os acionistas da Companhia decidam neste sentido. Cabe

a eles exercer seus direitos políticos no sentido de buscar a perenidade e a prosperidade da Forjas Taurus S.A..

Nos últimos tempos, nota-se que a fornecedora e concorrente da Forjas Taurus S.A., Companhia Brasileira de Cartuchos ("CBC"), vem adquirindo lotes de ações que lhe conferirão direitos de voto crescentemente importantes. A CBC é vista dentro da Companhia e no mercado como uma aliada do acionista de referência (Luis Fernando Costa Estima). Ora, a existência de um acionista como a CBC (fornecedora e concorrente), com possibilidade de vir a participar do bloco de controle, eleva os riscos de realização de inúmeras TPRs (Transações com Partes Relacionadas), as quais podem vir a ser positivas para a Companhia, desde que decididas por um rito que as torne totalmente defensáveis.

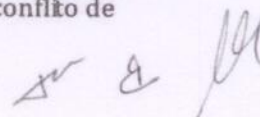
Por esta razão, recomenda-se que o Conselho de Administração de Forjas Taurus S.A. estabeleça e aprove formalmente uma Política para Transações com Partes Relacionadas, para fins de, previamente, disciplinar o tratamento a ser dado a tais tipos de transações, bem como monitorá-las. A diretoria deve elaborar uma proposta de Política e submetê-la para aprovação do Conselho de Administração (vide Anexo II).

Considerando-se que a eventual futura presença da CBC dentro do bloco de controle da Companhia pode ensejar riscos de TPRs detrimenais à mesma, uma providência adicional seria consultar o CADE a respeito da possibilidade da CBC ser vedada de exercer os direitos de voto de suas ações ordinárias. Decisão neste sentido foi deliberada recentemente pelo CADE, no caso envolvendo as empresas concorrentes CSN e Usiminas. Recomenda-se que o Conselho de Administração da Companhia estude a possibilidade de efetuar uma tal consulta.

Quanto à auditoria externa, recomenda este CEI que se inclua, no escopo do trabalho de auditoria, a realização de auditoria operacional, com vistas a verificar se as metas estabelecidas pela Administração estão sendo cumpridas. Para tanto, deveriam ser criados indicadores físico-financeiros, que teriam como

base de comparação empresas do mesmo ramo de atividade que estejam sediadas no Brasil e/ou no exterior.

E, ainda, para a melhoria da governança corporativa da companhia, o CEI recomenda o estabelecimento de critérios para a indicação de membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e do Comitê de Auditoria. Recomenda-se definir critérios no sentido de que somente possam compor esses Conselhos profissionais de comprovada capacidade técnica, parte dos quais ligados à área de atuação da empresa, sem que apresentem qualquer tipo de conflito de interesse.



ANEXO II

FORJAS TAURUS S.A.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Recomendação do Comitê Especial Independente a Forjas Taurus S.A.

Com o objetivo de contribuir para a instauração de um ambiente de transparência, confiança e ampla divulgação de informações sobre as Transações com Partes Relacionadas ("TPRs") na Forjas Taurus S.A. ("Companhia"), o Comitê Especial Independente recomenda que uma futura Política, conforme recomendado acima, contenha pelo menos as seguintes diretrizes, à luz dos princípios dos Códigos de Boas Práticas da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas e do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

- Os administradores da Companhia devem efetivamente negociar e deliberar a respeito de TPRs, com o objetivo de otimizar os resultados sociais e priorizando o interesse da companhia e de todos seus sócios.
- Os administradores da Companhia devem exercer o controle preventivo de admissibilidade de TPRs, mediante a verificação inicial de sua razoabilidade e da adequação do mecanismo decisório adotado. Para isso, a motivação do ato é essencial para apurar a sua plausibilidade.
- Para cumprir seus deveres fiduciários, os administradores da Companhia devem agir (i) em conformidade com o interesse da companhia, (ii) de modo independente à parte relacionada, (iii) de forma refletida e fundamentada, e (iv) com transparência. O conjunto desses elementos é essencial para que uma TPR trate de forma equitativa e equilibrada todos os sócios.
- O órgão social responsável pela avaliação da TPR conforme dispuser a futura Política a ser aprovada pela Companhia deve considerar alternativas à TPR

proposta, buscando-as no mercado, para alcançar a sua finalidade e dar cumprimento aos deveres fiduciários frente à sociedade e todos os seus acionistas.

- De acordo com sua materialidade e conforme dispuser a futura Política, as TPRs devem ser submetidas à aprovação pela maioria dos membros independentes do Conselho de Administração ou, conforme o caso, pelos representantes dos acionistas não controladores no Conselho de Administração, especialmente em operações sensíveis ou consideradas econômica ou estrategicamente relevantes para a Companhia, com afastamento de voto dos representantes indicados pelo sócio controlador caso ele possua interesse específico conflitante ao da sociedade na TPR em questão.
- Na hipótese de ser realizada uma assembleia geral com o propósito específico de deliberar sobre uma TPR, os acionistas não controladores devem se organizar, a fim de, na própria assembleia, exercer seu direito fiscalizatório.
- Empréstimos em favor do controlador, de acionistas que detenham participação relevante na sociedade, de pessoas controladas ou sob o controle comum de sócios com participação relevantes ou de administrador dessas pessoas, somente devem ser realizados em circunstâncias especiais, no interesse da sociedade, com aprovação por conselheiros desinteressados.
- Devem ser vedadas a celebração de contratos de prestação de serviços pela sociedade com partes relacionadas, que envolvam remuneração através da cobrança de taxa de gestão ("*management fee*") ou que contenham cláusula de remuneração baseada em medida de desempenho econômico operacional, tal como faturamento, receita, geração operacional de caixa (EBITDA), lucro líquido ou valor de mercado.
- Exceto se o conselheiro independente ou indicado pelo acionista não controlador se declarar impedido, toda e qualquer deliberação do Conselho de Administração sobre TPRs deve contar com o voto ou parecer favorável de ao menos um

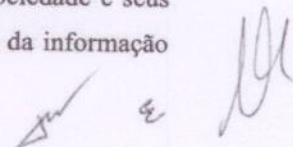
conselheiro independente ou conselheiro indicado pelos acionistas não controladores, que preencham os requisitos de independência previstos no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC.

- O acionista controlador deve incentivar os administradores a estabelecerem um ambiente negocial independente da parte relacionada contratante, com o envolvimento dos órgãos sociais pertinentes, a fim de que o resultado alcançado seja comutativo e trate de forma equitativa a Companhia e todos seus acionistas.
- Os administradores, sob a supervisão do conselho fiscal e do comitê de auditoria, devem cumprir e executar a futura Política, inclusive com relação ao processo decisório e de divulgação de TPRs, para possibilitar seu monitoramento pelos acionistas.
- Para ser efetiva, a futura Política da Companhia para TPRs deve (i) contemplar procedimentos sistemáticos, objetivos, impessoais para a análise e divulgação de TPRs; (ii) definir medidas e procedimentos a serem seguidos para tratar de conflito de interesses; (iii) estabelecer foros decisórios claros e efetivos e fixar atribuições negociais e deliberativas aos diversos órgãos sociais de acordo com a materialidade da TPR, (iv) garantir o caráter estritamente comutativo à Companhia e (v) ter como objetivo zelar pelo interesse da Companhia e garantir um tratamento equitativo a todos seus acionistas.
- No que tange à eleição dos conselheiros independentes, a Companhia deve estimular seus acionistas não controladores a: (i) se organizar para solicitar a adoção do voto múltiplo, (ii) exercer o direito de voltar em separado e (iii) utilizarem do regime de pedido público de procuração. Os conselheiros independentes assim eleitos terão a devida legitimidade para defender o interesse da Companhia de forma isenta e em benefício de todos os acionistas.
- Caso um profissional ou um acionista possua interesse próprio ou conflitante com o da sociedade em uma eventual TPR, ele deve informar qual é esse interesse e se abster de participar dos processos negocial e decisório relativo à

TPR. Isto se aplica aos acionistas, conselheiros de administração, diretores, profissionais responsáveis pela estruturação da TPR, bem como a qualquer parte relacionada a essas pessoas.

- É dever dos órgãos da administração e da mesa que conduz os trabalhos assembleares envidar rigorosos esforços no sentido de identificar as situações de conflito e impedir o voto da parte interessada ou conflitada em TPRs, inclusive com relação ao impedimento de voto do acionista em questão.
- Assessores técnicos e profissionais, que porventura sejam contratados no âmbito da negociação de TPRs, devem ser idôneos, capacitados, independentes e realizar suas atribuições de forma isenta, efetiva e profissional. Relatórios, cartas e opiniões produzidos por assessores técnicos sobre TPRs devem ter seus autores identificados e ser fornecidos aos órgãos sociais competentes para garantir uma avaliação e deliberação efetiva e fundamentada.
- O relatório anual da administração, os formulários de informações periódicos e eventuais perante a CVM e bolsas de valores e as notas explicativas das demonstrações financeiras deverão fornecer informações claras, corretas, completas e concisas sobre as TPRs. Ainda, o relatório da administração deve destacar todos os aspectos das TPRs, e não somente os positivos. Riscos e características especialmente sensíveis devem ser suficientemente esclarecidos e discutidos, de forma clara e objetiva, sem subterfúgios. Ainda, caso uma TPR possa acarretar algum benefício aos administradores, tal benefício deve ser objetivamente divulgado.
- As divulgações referidas no item anterior deverão conter: (i) data da operação, (ii) descrição da operação e sua motivação, (iii) partes contratantes e as relações entre elas, os trâmites de aprovação internos (tanto no seu aspecto negocial como decisório) que a antecederam, (iv) total do preço e demais contrapartidas de natureza patrimonial e a metodologia de avaliação adotado, (v) termos e condições da operação e (vi) os benefícios obtidos pela(s) parte(s) relacionadas, inclusive suas subsidiárias e familiares

- Os documentos relativos às TPRs a serem submetidas à assembleia geral deverão ser divulgados com antecedência suficiente, por exemplo, no *website* institucional da organização.
- O comitê de auditoria e o conselho fiscal deverão fiscalizar a atuação dos órgãos de administração tendo por objeto o zelo pelo cumprimento da PTPRs, se existente, e, em todos os casos, pela adequação do rito seguido para a realização de TPRs de acordo com as melhores práticas de mercado e pela divulgação de informações sobre as TPRs a todos os sócios. Mesmo TPRs sem impacto patrimonial imediato devem ser divulgadas de forma abrangente, especialmente caso sejam sensíveis, materiais ou estrategicamente relevantes para a sociedade.
- Eventuais *disclaimers* devem ser equilibrados e não isentam a sociedade e seus administradores da responsabilidade pela ausência ou imprecisão da informação divulgada.

Handwritten signatures and initials in the right margin of the page.



COMITÊ ESPECIAL INDEPENDENTE DA FORJAS TAURUS S.A.

LISTA DOS DOCUMENTOS RELEVANTES PARA A REAPRESENTAÇÃO DOS BALANÇOS DE 2012 E 2013, DE 14/04/2014

DOCUMENTOS	STATUS	COMENTÁRIOS
I. ANTES DE SETEMBRO DE 2011 DOCUMENTOS CELEBRADOS E RELACIONADOS COM A AQUISIÇÃO DO ATIVO WOTAN, BEM COMO A ORIGEM DOS ATIVOS E PASSIVOS TRANSACIONADOS NA ALIENAÇÃO ENVOLVENDO A TAURUS MÁQUINAS-FERRAMENTAS LTDA., EM 21/06/2012		
Contrato de Locação celebrado entre a Taurus Máquinas-Ferramentas Ltda. ("TMFL") e a Wotan Máquinas Ltda. ("Wotan"), em 30/08/2004.	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Aditivo ao Contrato de Locação celebrado entre a TMFL e a Wotan, em 27/05/2009.	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Arquivo em Word intitulado "Taurus impactos TMF - Draft KPMG" de 02.05.2012, analisando 4 cenários possíveis para venda de Taurus Máquinas-Ferramenta.	Encaminhado pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail, em 15/04/2014	
Arquivo em PDF intitulado "Reestruturação Societária - Maio de 2011"	Encaminhado pelo conselheiro Carlos Augusto, via e-mail, em 22/04/2014	Documento Público disponível no IPE.
Estatuto Social da Forjas Taurus aprovado em 01.07.2011	Documento obtido no site da Companhia	

WJ
ZE
24

DOCUMENTOS	STATUS	COMENTÁRIOS
II. SETEMBRO DE 2011 A ABRIL DE 2013 DOCUMENTOS CELEBRADOS E RELACIONADOS COM A ALIENAÇÃO ENVOLVENDO A TAURUS MÁQUINAS-FERRAMENTAS LTDA., EM 21/06/2012.		
Projeto Vulcano: Lista de Interessados, atualizada em 19/01/2012.	Disponibilizada pelo conselho Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Contrato de Confissão de Dívida celebrado entre a TMFL e a Wotan, em 01/06/2012.	Disponibilizada pelo conselho Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Instrumento Particular de Distrato de Locação celebrado entre a TMFL e a Wotan, em 01/06/2012.	Disponibilizada pelo conselho Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Matéria - SüdMetal negocia compra da Taurus Máquinas-Ferramenta, de Gravataí, de 06/06/2012.	Disponibilizada pelo conselho Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Contrato de Promessa de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 15/06/2012 entre a TMFL, a Renill Participações Ltda. (respectivamente, "Contrato" e "Renill").	Disponibilizada por Cláudia, via e-mail em 17/04/2014	
1ª Alteração do Contrato Social da SM Metalurgia Ltda., firmada em 15/06/2012.	Disponibilizada pelo conselho Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	

DOCUMENTOS	STATUS	COMENTÁRIOS
Ata de Reunião do Conselho de Administração (12), realizada em 16/07/2012.	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a TMFL e a SüdMetal – Indústria Metalúrgica S.A., em 01/08/2012 (respectivamente, “SüdMetal” e “Contrato de Prestação de Serviços”).	Disponibilizada pela DRI Dóris, via e-mail em 01/04/2014.	
Carta enviada pela SüdMetal à Taurus a respeito do Contrato de Prestação de Serviços, de 06/08/2012.	Disponibilizada via e-mail em 01/04/2014.	
1º Aditivo ao Contrato, celebrado em 06/08/2012.	Disponibilizada por Claudia, via e-mail em 17/04/2014	
2º Aditivo ao Contrato, celebrado em 12/09/2013.	Disponibilizada por Claudia, via e-mail em 17/04/2014	
Contrato de Fornecimento de Serviços celebrado entre a Taurus e a SüdMetal, em 02/01/2013 (“Contrato de Fornecimento”).	Disponibilizada via e-mail em 29/03/2014.	
Carta enviada pela SüdMetal à Taurus a respeito do Contrato de Fornecimento, de 02/01/2013.	Disponibilizada pela DRI Dóris, via e-mail em 01/04/2014.	
Aditivo ao Contrato, celebrado em 02/01/2013.	Disponibilizada pela DRI Dóris, via e-mail em 01/04/2014.	
III. APÓS MAIO DE 2013		

DOCUMENTOS	STATUS	COMENTÁRIOS
DOCUMENTOS CELEBRADOS E DIVULGADOS NO CONTEXTO DA ADMINISTRAÇÃO 2013-2014		
Relatório investigativo elaborado pela empresa de consultoria contratada, Control Risks (versão final).	Disponibilizado pelo conselheiro Carlos Augusto, em via física, ao Coordenador em 21/03/2014.	
Parecer jurídico do escritório Zunar, Neves Advocacia, de 02/08/2013, que tornou nulo o Contrato de Prestação de Serviços e de Fornecimento.	Disponibilizada pela DRI Dóris, via e-mail em 01/04/2014.	
Notificação extrajudicial enviada pela Renill em 12/08/2013, por meio da qual requereu a repactuação do Contrato.	Enviada em 22.04.2014 por Cláudia Gislene dos Santos	
Registro de Reunião da Diretoria (38) realizada em 30/08/2013.	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 12/09/2013, na qual foi aprovada a repactuação do Contrato.	Documento público. Disponibilizado pela DRI Dóris, via e-mail, em 01/04/2014.	Disponível no IPE.
2º Aditivo ao Contrato, celebrado em 12/09/2013.	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Ata de Reunião do Conselho de Administração da Taurus realizada em 07/10/2013, que deliberou sobre o aumento de capital da TMFL.	Disponibilizada pela DRI Dóris, via e-mail em 01/04/2014.	

[Handwritten signatures and initials]

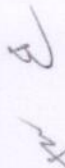

DOCUMENTOS	STATUS	COMENTÁRIOS
Ofício CVM nº 344-2013, de 11/11/2013.	Disponibilizado pelo conselheiro Carlos Augusto, via e-mail, em 20/03/2014.	
Notificação enviada à SM Metalurgia Ltda., em 12/11/2013, a respeito do processo nº 015/1.05.00004978-0 na comarca de Gravataí referente ao crédito da Hunter Douglas N.V. contra a Wotan e TMFL.	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Sentença referente ao processo nº 015/1.05.00004978-0, de 18/11/2013.	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Relatório sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2013, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Auditores Independentes") em 25/03/2014.	Disponibilizado pelo conselheiro Carlos Augusto, via e-mail, em 25/03/2014.	
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais contidas no ITR de 30/09/2013, emitido pelos Auditores Independentes em 25/03/2014.	Disponibilizado pelo conselheiro Carlos Augusto, via e-mail, em 25/03/2014.	
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais contidas no ITR de 30/06/2013, emitido pelos Auditores Independentes em 25/03/2014.	Disponibilizado pelo conselheiro Carlos Augusto, via e-mail, em 25/03/2014.	
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais contidas no ITR de 31/03/2013, emitido pelos Auditores Independentes em 25/03/2014.	Disponibilizado pelo conselheiro Carlos Augusto, via e-mail, em 25/03/2014.	

DOCUMENTOS	STATUS	COMENTÁRIOS
Relatório sobre as demonstrações financeiras do exercício ao exercício findo em 31/12/2012, emitido pelos Auditores Independentes em 25/03/2014.	Disponibilizado pelo conselho Carlos Augusto, via e-mail, em 25/03/2014.	
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais contidas no ITR de 30/09/2012, emitido pelos Auditores Independentes em 25/03/2014.	Disponibilizado pelo conselho Carlos Augusto, via e-mail, em 25/03/2014.	
Manifestação dos Auditores Independentes referente ao Ofício CVM nº 344-2013.	Disponibilizado pelo conselho Carlos Augusto, via e-mail, em 28/03/2014.	
Carta resposta da Companhia referente ao Ofício CVM nº 344-2013, de 28/03/2014.	Disponibilizado pelo conselho Carlos Augusto, via e-mail, em 28/03/2014.	
Protocolo - Petição referente ao Ofício CVM nº 344-2013, de 28/03/2014.	Disponibilizado pelo conselho Carlos Augusto, via e-mail, em 28/03/2014.	
Edital de convocação publicado em 28/03/2014 para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30/04/2014.	Disponibilizado pelo conselho Carlos Augusto, via e-mail, em 28/03/2014.	
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/03/2014 que aprovou as demonstrações financeiras de 2013.	Disponibilizado pelo conselho Carlos Augusto, via e-mail, em 28/03/2014.	

DOCUMENTOS	STATUS	COMENTÁRIOS
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/03/2014 que aprovou a reapresentação dos balanços de 2012 e 2013.	Disponibilizado pelo conselheiro Carlos Augusto, via e-mail, em 28/03/2014.	
Aviso aos acionistas publicado em 28/03/2014.	Disponibilizado pelo conselheiro Carlos Augusto, via e-mail, em 28/03/2014.	
Planilha - Demonstrações de resultados e balanços patrimoniais da TMFL, de 2004 a 2013.	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Informações financeiras de 2004 - FormExibeArquivos (29).	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Informações financeiras de 2005 - FTML.	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Informações financeiras de 2006 - FormExibeArquivos (48).	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Planilha - Balanços patrimoniais da TMFL, de 2011 a 2013.	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	

Handwritten signature and initials.

DOCUMENTOS	STATUS	COMENTÁRIOS
Planilha – ITR 2TR13 – Efeito dos ajustes relacionados à repactuação, de 06/2013.	Disponibilizada pelo conselho Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 2013.	Documento público.	Disponível no IPE.
Demonstrações financeiras da Companhia e ITRs de 2012 reemitidos após a repactuação do contrato referente à alienação da TMFL.	Documento público.	Disponível no IPE.
Demonstrações financeiras da Companhia e ITRs de 2012 originais.	Documento público.	Disponível no IPE.
Demonstrações financeiras da TMFL de 2010, 2011, 2012 e 2013.	Encaminhadas pelo conselho Manuel Jeremias, 2010, 2011 e 2012, em 21.05.2014	Recebemos a de 2013 em 16.04.2014
Análise dos documentos - Integralização da SML Metalúrgica, "E-mails", Contrato de Compra e Venda e Balanço Patrimonial.	Disponibilizada pelo conselho Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Reabertura dos ITRs - Wotan.	Disponibilizada pelo conselho Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Planilha – Parcelas A e B do Contrato da TMFL.	Disponibilizada pelo conselho Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	

DOCUMENTOS	STATUS	COMENTÁRIOS
Planilha – Preços e taxas de juros Bacen.	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Planilha – Composição do capital social da SM Metalurgia Ltda.	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Planilha – Conta corrente TMFL e Wotan.	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Planilha – Mútuo TMFL e Wotan.	Disponibilizada pelo conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail em 29/03/2014.	
Planilha sobre os lançamentos contábeis do mútuo – Anexo 8.	Disponibilizada via e-mail em 29/03/2014.	
Apresentação PPTX “Taurus Pronunciamento Técnico CPC 05”	Disponibilizada pela DRI Dóris, via e-mail em 01/04/2014.	
Documento Word intitulado “FTML2” contendo excertos de notas explicativas relativamente que tratam de Investimentos, Controladas e Partes Relacionadas	Enviada pelo Conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail, em 14/04/2014	
Documento Word intitulado “Análise dos Documentos Taurus versão semifinal” baseado no Relatório Control Risks	Enviado pelo Conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail, em 14/04/2014	
	Enviado pelo Conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail, em 14/04/2014	

DOCUMENTOS	STATUS	COMENTÁRIOS
Documento PDF intitulado "Item 2 - Anexo - Confissão de Dívida ICMS" referente a TMFL	Enviado pelo Conselheiro Manuel Jeremias, via e-mail, em 14/04/2014	
Sentença_295247_2013, Hunter Douglas	Documento Público	
Fato Relevante de 14.04.2014_Proposta AGE 29.04.2014	Enviado pelo Conselheiro Carlos Augusto em 14/04/2014	
Ata da RCA de 10.04.2014, com a proposta de aumento de capital por subscrição	Obtida no site da BM&FBovespa em 25.04.2014	Documento tornado público em 25.04.2014
Manifestação de Voto do conselheiro Manuel Jeremias, protocolada na Companhia em 24.04.2014	Enviada pelo Conselheiro Carlos Augusto em 25.04.2014	
Manifestação do Pres. Conselho Fiscal, Mauro Mello, solicitando informações a Manuel Jeremias	Enviada por e-mail pelo Conselheiro Carlos Augusto em 26.04.2014	
Manifestação do Conselheiro Fiscal Gibbon a respeito da manifestação de Manuel Jeremias	Enviada por e-mail pelo Conselheiro Carlos Augusto em 26.04.2014	
Ata da AGE de 29.04.2014, que deliberou aumento de capital por subscrição	Disponível no site da Companhia em 29.04.2014	
Ata da AGO de 30.40.2014, que deliberou retirar de pauta a aprovação de contas dos administradores da Companhia referente aos exercícios sociais 2012 e 2013 e aprovar as demonstrações financeiras de 2013 e a reatificação das demonstrações de 2012.	Disponível no site da Companhia em 30.04.2014	

DOCUMENTOS	STATUS	COMENTÁRIOS
Ata da RCA de 02.05.2014 que deliberou convocar AGE para 27.06.2014 para tomar conhecimento das recomendações do Comitê Especial e deliberar sobre as contas dos administradores	Disponível do site da Companhia em 05.05.2014.	
Ata da RCA de 02.05.2014 circunstanciada	Enviada pelo conselheiro Carlos Augusto em 05.05.2014	
Documentos encaminhados pela DRI referentes ao aumento de capital por subscrição: Cronograma e Aviso aos Acionistas	Enviados pela DRI em 06.05.2014	
OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-4/Nº125/14, solicitando informações a respeito das razões que levaram à convocação de AGE para o dia 27.06.2014	Enviado pela DRI em 07.05.2014	
Reclamação de Luís Estima a CVM em face de 4 conselheiros	Enviado pela DRI em 07.05.2014	
Diversos documentos disponibilizados pela Companhia no link web.taurus.com.br/comite .	Enviados por Cláudia Gislene dos Santos em 07.05.2012	Relação de documentos anexa
Contrato de Locação Wotan – Taurus Ferramentas, de 30.08.2004	Enviado por Cláudia Gislene dos Santos em 12.05.2012	A pedido do conselheiro Manuel Jeremias
1ª Alteração do Contrato Social da SM Metalurgia Ltda., de 15.06.2012	Enviado por Cláudia Gislene dos Santos em 12.05.2012	A pedido do conselheiro Manuel Jeremias
Instrumento Particular de Distrato (Wotan – Taurus Máquinas-Ferramenta) de 01.06.2012	Enviado por Cláudia Gislene dos Santos em 12.05.2012	A pedido do conselheiro Manuel Jeremias

DOCUMENTOS	STATUS	COMENTÁRIOS
Instrumento de Confissão de Dívida, Wotan (Taurus Máquinas-Ferramenta) de 01.06.2012	Enviado por Cláudia Gislene dos Santos em 12.05.2012	A pedido do conselheiro Manuel Jeremias
Planilha Excel "taurusmaq-2, com cálculos de valor presente das parcelas A e B do Contrato e do Contrato de Prestação de Serviços, acompanhado de nota explicativa "Ajustes Valor Presente – contrato – 2"	Enviado por Cláudia Gislene dos Santos em 12.05.2012	A pedido do conselheiro Manuel Jeremias
Planilha Excel "Taurus Máquinas 2004_2013, contendo pastas com a evolução dos Mútuos Wotan	Enviado por Cláudia Gislene dos Santos em 12.05.2012	A pedido do conselheiro Manuel Jeremias
Planilha "Balanço Patrimonial TMFL 2011_2013" com Demonstrações Financeiras da Taurus Máquinas-Ferramenta, 2011 e 2012 e 2013	Enviado por Cláudia Gislene dos Santos em 12.05.2012	A pedido do conselheiro Manuel Jeremias
Carta Opinião emitida pelo BNP Paribas, em 06.05.2011.	Enviado por Cláudia Gislene dos Santos em 29.05.2012	A pedido do conselheiro Manuel Jeremias
Taurus-Polimetal Reestruturação Final	Enviado por Cláudia Gislene dos Santos em 29.05.2012	A pedido do conselheiro Manuel Jeremias
Encaminhamento de Quesitos, arquivo "Quesitos 2"	Enviado por Cláudia Gislene dos Santos em 29.05.2012	A pedido do conselheiro Manuel Jeremias
Regimento Interno do Conselho de Administração	Enviado por Cláudia Gislene dos Santos em 30.05.2012	A pedido do Comitê

DOCUMENTOS	STATUS	COMENTÁRIOS
Documentos relacionados à denúncia espontânea e confissão de dívida de ICMS	Enviado por Cláudia Gislene dos Santos em 02.06.2012 ¹	A pedido do Comitê

* * *

✓

h

h

1

LISTAGEM DE DOCUMENTOS - ANEXO

DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS NO LINK WEB.TAURUS.COM.BR/COMITE

1. Documentos anexos aos e-mails que constam dos seguintes anexos do Relatório Control Risks:

- 2-B; Minuta Wotan
- 6 - Sem título
- 7 - Wotan
- 8 - SM Contrato e Carta
- 9 - Aditivo Versão Final
- 15 - Projeto Alienação Taurus Máquinas
- 19 - Taurus Máquinas
- 22 - Venda Taurus Máquinas Ferramenta Ltda.
- 23 - Wotan
- 37 - Taurus Máquinas
- 39 - Aditivo TMF - SM

2. Atas de Comitês:

- Comitê de Auditoria e Riscos

- 11.08.2011
- 16.09.2011
- 28.10.2011
- 17.11.2011
- 31.01.2012
- 15.03.2012
- 09.04.2012
- 18.04.2012
- 09.05.2012
- 17.07.2012
- 08.08.2012
- 18.09.2012
- 17.10.2012
- 12-13.12.2012
- 29-30.01.2013

Handwritten signature and initials

- Comitê de Gestão e Governança Corporativa
 - 08.08.2012
 - 17.10.2012
- Comitê de Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas
 - 23.04.2012
 - 04.06.2012
 - 09.04.2012
 - 23.04.2012
 - 04.06.2012
 - 09.08.2012

3. Atas de Diretoria

- 2011
 - 14.12.2011
- 2012
 - 05.01.2012
 - 12.01.2012
 - 27.01.2012
 - 02.02.2012
 - 12.03.2012
 - 30.05.2012
 - 18.06.2012
 - 13.07.2012
 - 14.09.2012
 - 24.09.2012
 - 08.10.2012
 - 24.10.2012
 - 05.11.2012

[Handwritten signature]

○ 28.11.2012

• 2013

○ 20.02.2013
○ 27.02.2013
○ 15.03.2013
○ 20.03.2013
○ 28.03.2013
○ 03.04.2013
○ 12.04.2013
○ 17.04.2013
○ 01.05.2013
○ 08.05.2013
○ 15.05.2013
○ 27.05.2013
○ 20.06.2013
○ 26.06.2013
○ 03.07.2013
○ 10.07.2013
○ 17.07.2013
○ 24.07.2013

○ 08.08.2013
○ 14.08.2013
○ 19.08.2013
○ 25.09.2013
○ 02.10.2013
○ 09.10.2013
○ 16.10.2013
○ 06.11.2013
○ 27.11.2013
○ 11.12.2013

• 2014

○ 08.01.2014
○ 22.01.2014
○ 12.02.2014
○ 26.02.2014
○ 19.03.2014
○ 09.04.2014
○ 16.04.2014

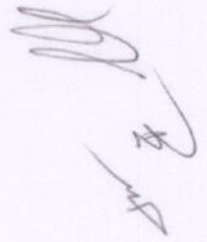
Handwritten signature

4. Atas do Conselho de Administração

- 2011
 - 14.07.2012
 - 10-11.08.2011
 - 15.09.2011
 - 20.10.2011
 - 16.11.2011
 - 16.12.2011
- 2012
 - 30.01.2012
 - 16.03.2012
 - 19.04.2012
 - 10.05.2012
 - 21.06.2012
 - 16.07.2012
 - 09.08.2012
 - 19.09.2012
 - 18.10.2012
 - 08.11.2012
 - 06.12.2012.
 - 14.12.2012
- 2013
 - 31.01.2013
- 2014
 - 14.03.2013
 - 25.04.2013
 - 02.05.2013
 - 29.05.2013
 - 24.06.2013
 - 31.07.2013
 - 12.09.2013
 - 30.10.2013
 - 18.11.2013
 - 12.04.2013
 - 04.12.2013
 - 16.12.2013
 - 29.01.2014
 - 21.02.2014
 - 27.02.2014
 - 04.04.2014
 - 10.04.2014
 - 24.04.2014

5. JUCERGS

Atas arquivadas na Junta nos anos 2011, 2012, 2013 e 2014.



6. Atas do Conselho Fiscal

- 2012
 - 10-11.05.012
 - 12.07.2012
 - 07.08.2012
 - 16.08.2012
 - 25.09.2012
 - 07.11.2012
- 2013
 - 29.01.2013
 - 13.03.2013
 - 07.05.2013
 - 28.05.2013
- 2014
 - 30.07.2013
 - 02.09.2013
 - 07.10.2013
 - 12.11.2013
 - 04.12.2013
- 2014
 - 25-26.02.2014
 - 07.03.2014
 - 24-25.03.2014
 - 22.04.2014
 - 24.04.2014

7. Atas e Anexos de AGE 29.04.2014 e AGE 30.04.2014

8. BR Partners

- Proposta Altech
- Proposta OpenGate
- Proposta SHW
- Apresentação ao Conselho 12.12.11



9. Cartas de Representação dos administradores

- 4T12 - Reapresentação
- 2T12, 3T12, 1T13 - Reapresentação 25.03.2014
- 4T12 - Reapresentação 25.03.14
- 1T12 - 10.05.12
- 1T13 - 06.05.13
- 2T12 - 07.08.12
- 2T13 - 15.10.13
- 3T12 - 07.11.12
- 3T13 - 12.11.13
- 3T13 - Complemento 14.11.13
- 4T12 - 13.03.13
- 4T13 - 25.03.14
- 2T12, 3T12, e 1T13 - Atualização 15.10.13
- 4T12 - Atualização 15.10.13

10. Documentos CVM

- Consulta CVM
 - 2014-04-27_Consulta CVM Eleição C A
 - 2014-04-27_Consulta CVM Eleição C A
 - Ofício 108-14 - Forjas
- CVM GEA 099
 - 2014-04-22_Resposta do Ofício CVM SEP_GEA_N 099.2014_reapresentação ata RCA 100414-2
 - 2014-04-22_Resposta OfícioCVM99_14_reapresentação ata 10.04.14_votos dissidentes
 - Ofício 099-14 - Forjas
- CVM GEA 100 (PREVI)
 - 2014-04-17_Manifestação Companhia
 - 2014-04-22_Resposta Ofício CVMSEP_GEA_No100.2014_PREVI
 - 2014-04-22_Resposta Ofício CVMSEP_GEA_No100.2014_PREVI
 - Anexo I - Pedido de manifestação formal
 - Anexo II - Lembrete Dóris para Dr. Estima
 - Anexo III - Resposta Dr. Estima para Dóris
 - Anexos CVM Ofício 100-2
 - Anexos CVM Ofício 100
 - Ofício 100-14 - Forjas

[Handwritten signature]

- CVM GEA 101 (GRANDPRIX)
 - 2014-04-22_Resposta Ofício CVMSEP_GEA_No101.2014_GRANDPRIX
 - 2014-04-22_Resposta Ofício CVMSEP_GEA_No101.2014_GRANDPRIX
 - Anexo I - Pedido de manifestação formal-2
 - Anexo II - Lembrete Dóris para Dr. Estima-2
 - Ofício 101-14 - Forjas.docx
 - Pedido Prazo AGE29042014 - Forjas Taurus SA.pdf
- CVM GEA 102 (ARGUCIA)
 - 2014-04-22_Resposta Ofício CVMSEP_GEA_No102.2014_ARGUCIA.docx
 - 2014-04-22_Resposta Ofício CVMSEP_GEA_No102.2014_ARGUCIA.pdf
 - Anexo I - Pedido de manifestação formal-3.docx
 - Anexo II - Lembrete Dóris para Dr. Estima-3.docx
 - Anexo III - Resposta Dr. Estima-3.docx
 - Ofício 102-14 - Forjas.docx
 - Requerimento_Pedido de Interrupção de AGE Taurus.pdf
- CVM GEA 102 (BAYAO)
 - 2014-04-22_Resposta Ofício CVMSEP_GEA_No103.2014_JBaiao.docx
 - 2014-04-22_Resposta Ofício CVMSEP_GEA_No103.2014_JBaiao.pdf
 - Anexo I - Pedido de manifestação formal-4.docx
 - Anexo II - Lembrete Dóris para Dr. Estima-4.docx
 - Anexo III - Resposta Dr. Estima para Dóris-4.docx
 - Ofício 103-14 - Forjas.docx
 - protocolo Forjas Taurus.pdf
- CVM GEA 105
 - 2014-04-22_resposta Ofício CVM 105_14_reapresentacao ata e anexos 10.04.14 e Comitê especial.pdf
 - 2014-04-22_Resposta Ofício CVMSEP_GEA_No105.2014_reapresentação da RCA 100414com anexos e CE.docx
 - Ofício 105-14 - Forjas.docx
- CVM GEA 344 (C ONF IDENC ALD AD)E
 - 2014-03-28_Carta resposta TAURUS ao Ofício CVM 344_13.pdf



- 2014-04-22_Ofício CVM CGP No 073 15.04.14.pdf
- Ofício BM&F (prazo subscrição)
 - 2014-04-28 - 1346-2014
- Ofício Bovespa 1051
 - 2014-04-16_Resposta ofício Bovespa 1051.docx
 - 2014-04-23_Resposta adicional ofício Bovespa 1051v.docx
- Processo CVM 11746
 - 2013-11-06 - Comunicado ao Mercado - Esclarecimentos CVMBM&FBovespa_Ofício 4063.doc
 - 2013-11-18_Carta resposta_Ofício CVM SEP GEAS_344_111113.doc
 - 2013-11-25_Carta solicitação manifestação CF OfícioCVM SEP GEAS_344_111113.doc
 - 2013-11-251_Pedido de Prorrogação resposta Ofício CVM344-13.pdf
 - 2013-12-11_pedido de prorrogação CVM 344_13.pdf
 - 2013-12-11_Pedido Prorrogação CVM.docx
 - 2013-12-11_Resposta Ofício CVM 344_13_clean_L-2.docx
 - 2013-12-11_Resposta Ofício CVM 344_13_clean_L.docx
 - 2013-12-11_Resposta Ofício CVM 344_13_clean.docx
 - 2013-12-11_Resposta Ofício CVM 344_13_cópia clean.docx
 - 2013-12-11_Resposta Ofício CVM 344_13_cópia marcada.docx
 - 2013-12-16_Resposta Ofício CVM 344_13.docx
 - 2014-01-09-Pedido prorrogação CVM 344_13.docx
 - 2014-02-24_Pedido Prorrogação de Prazo Ofício CVM 344_2013.pdf
 - 2014-02-24_Pedido Prorrogação de Prazo Ofício CVM 344_2013.pdf
 - 2014-02-28_Resposta Ofício CVM 344_2013 13 02 2014.doc
 - 2014-02-28_Resposta Ofício CVM 344_2013 13 02 2014(aprovação Diretoria).doc
 - 2014-03-14_Resposta Ofício CVM 344_2013 revisado.doc
 - 2014-03-14_Resposta Ofício CVM 344_2013 revisado.doc
 - 2014-03-18_Resposta Ofício CVM 344_clean Eizirik_E&Y_DRI.doc

- o 2014-03-20_Fato Relevante_ Reapresentação dos balanços de 2012 e 2013 (até 9M13).doc
- o 2014-03-20_Resposta Ofício CVM 344_2013.doc
- o 2014-03-24 Resposta Ofício CVM 344_2013.doc
- o 2014-03-25 Resposta Ofício CVM 344_2013.doc
- o 2014-03-28 Resposta Ofício CVM 344_2013.doc
- o 2014-03-28_Carta resposta TAURUS ao Ofício CVM 344_13.pdf
- o 2014-03-28_E&Y Ofício-CVM-SEP-GEA5 344_13.pdf
- o 2014-03-28_Petição caráter sigiloso ofício 344_13.pdf
- o 2014-04-22_Pedido sigilo CVM Resposta_ofício344_13.pdf
- o Anexos ao Ofício 344
 - Aditivo ao CV - 02.01.13.pdf
 - ANEXO 8_Contrato mutuo TMFL com FTSA
 - Carta - Contrato Fornecimento - 02.01.13.pdf
 - Carta - Contrato Prestação Serviços 06.08.12.pdf
 - Contrato de Fornecimento de Serviços -02.01.13.pdf
 - Contrato Prestação Serviços 01.08.12.pdf
 - DF Taurus Máquinas_31_12_2012.pdf
 - DFS - 31122010 - Taurus Máquinas.pdf
 - DFS - 31122011 - TMFL - v9 - final.pdf
 - Protocolo Resposta Ofício 344 2013(28 03 2014).pdf
 - Taurus - Parecer.pdf
 - TMFL DEZ13.pdf
- o Fato Relevante_ Reapresentação dos balanços de 2012 e 2013 (até 9M13) 19.03.2014 (marcas).doc
- o Ofício 001-2014 - Forjas Taurus S A - prazo adicional para resposta ao Of 344 - RJ-2013-11746.pdf
- o Ofício 344-2013.pdf
- o Ofício 366-2013.pdf
- o Ofício 387-2013 (3).pdf
- o Ofício 387-2013.pdf
- o Pedido Prorrogação CVM (25 11 2013).docx

[Handwritten signature]

- 4. Laudo 01590-2012 - TAURU SAVAL FINALSP.xls
- 4. Laudo 01590-2012-Taurus W.pdf
- 4. Laudo 1673-2012 - WOTAN - W.xls
- 4. Laudo 01673-2012-Wotan Máquinas Ltda.pdf
- 4. Laudo 01674-2012-WOTAN_R.pdf
- Cópia de SM - Capital Social.xls
- Laudos Ferrari
 - ANEXO I - Relação de Bens Avdia dos.pdf
 - ANEXO II - A.pdf
 - ANEXO II - B.pdf
 - Anexo III Brasil - RS.pdf
 - ANEXO III GRAVATAI.pdf
 - ANEXO IV
 - -530992793_COTA_CÃO.pdf
 - -1397477082_COTAÇÃO - proposta 33275-E.pdf
 - -1397477082_COTAÇÃO - Fotos proposta 33149.pdf
 - -1397477082_COTAÇÃO - fotos proposta 33275.pdf
 - -1397477082_COTAÇÃO - fotos proposta 33404.pdf
 - -1397477082_COTAÇÃO - fotos proposta 33847.pdf
 - -1397477082_COTAÇÃO - proposta 33149-E.pdf
 - -1397477082_COTAÇÃO - proposta 33404-E.pdf
 - -1397477082_COTAÇÃO - proposta 33847-E.pdf
 - -2081142613_COTA_CÃO-1.pdf
 - -2081142613_COTA_CÃO.pdf
 - 00_Capa apresentação da cotação.pdf
 - 613891992_COTA_CÃO-1.pdf
 - 613891992_COTA_CÃO-2.pdf
 - 613891992_COTA_CÃO-3.pdf
 - 613891992_COTA_CÃO.pdf

Handwritten signature

- 705582020_COTAÇÃO-fotos.pdf
- 705582020_COTA_CÃOpdf
- 1276099648_COTA_CÃOatualização junho-2012.pdf
- 1276099648_COTA_CÃOpdf
- 1826468333_COTA_CÃOpdf
- ANEXO V
 - Consulta Laudo Fotográfico.pdf
- ANEXO VI
 - Tabela Hélio de Caires.pdf
- ANEXO VII
 - --763801330_COTA_CÃO_1.pdf
 - --763801330_COTA_CÃOpdf
- TAURUS Laudo Avaliação Geral Maquinas (2).pdf

14. Relatórios Recomendações Auditores

- 2. RAE 0112 - Relatório de Recomendação - Taurus 2011.pdf
- 2. RAE 0212 - Relatório de Recomendação - Taurus 2012.pdf

15. Repactuação

- 7. 2013-09-12 - FTSA - CA - Ata de Reunião (26).pdf
- 7. Análise de Risco - Operação.doc
- 7. NT 2013-19 -Repactuação da Venda TMFL.pdf

Handwritten signature